



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Administração e Finanças

Luciana da Costa Martins de Almeida

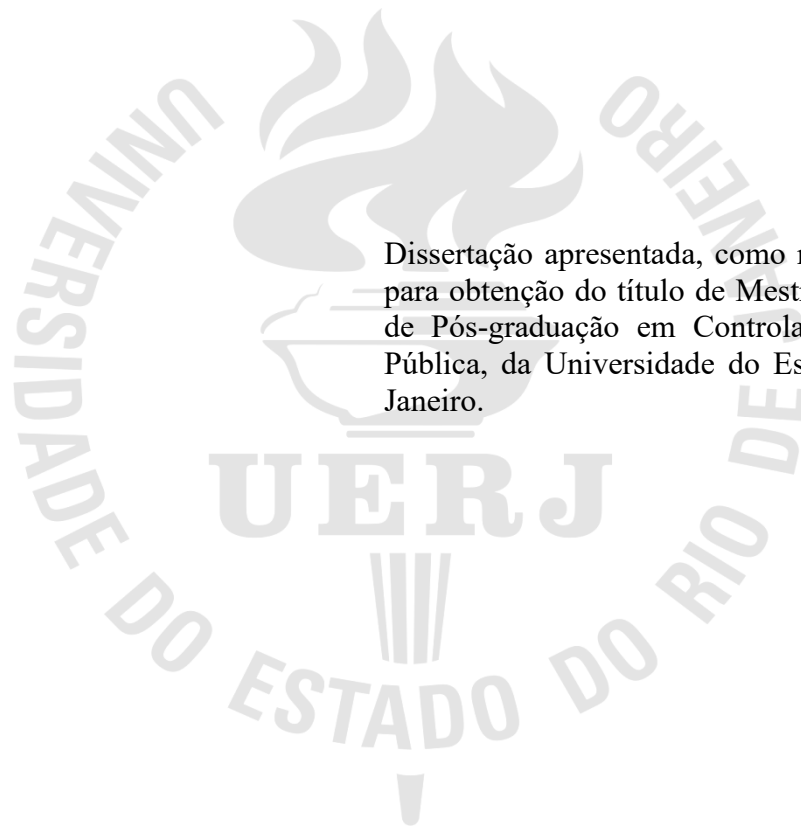
**Economia Solidária (ES) como alternativa e modelo de transformação
social na agricultura familiar fluminense**

Rio de Janeiro

2025

Luciana da Costa Martins de Almeida

Economia Solidária (ES) como alternativa e modelo de transformação social na agricultura familiar fluminense



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Controladoria e Gestão Pública, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra Tânia Maria de Oliveira Almeida Gouveia

Coorientador: Prof. Dr. Carlyle Tadeu Falcão de Oliveira

Rio de Janeiro

2025

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CCS/B

A447 Almeida, Luciana da Costa Martins de.
Economia Solidária (ES) como alternativa e modelo de transformação social na agricultura familiar fluminense / Luciana da Costa Martins de Almeida – 2025.

74 f.

Orientadora: Prof^ª. Dra Tânia Maria de Oliveira Almeida Gouveia

Coorientador: Prof. Dr. Carlyle Tadeu Falcão de Oliveira

Dissertação (Mestrado em Controladoria e Gestão Pública) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Administração e Finanças.

1. Economia social - Teses. 2. Agricultura familiar – Rio de Janeiro - Teses. I. Gouveia, Tânia Maria de Oliveira Almeida. II. Oliveira, Carlyle Tadeu Falcão de. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Administração e Finanças. IV. Título.

CDU 334 (815.3)

Bibliotecária: Lucia Andrade CRB7/5272

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Luciana da Costa Martins de Almeida

Economia Solidária (ES) como alternativa e modelo de transformação social na agricultura familiar fluminense

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Controladoria e Gestão Pública, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 26 de agosto de 2025.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra Tânia Maria de Oliveira Almeida Gouveia (Orientadora)
Faculdade de Administração e Finanças - UERJ

Prof. Dr. Carlyle Tadeu Falcão de Oliveira (Coorientador)
Faculdade de Administração e Finanças - UERJ

Prof.^a Dra Branca Regina Cantisano do Santos e Silva
Faculdade de Administração e Finanças – UERJ

Prof. Dr. Leonardo Vasconcelos Cavallier Darbilly
Universidade Federal Rural do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2025

DEDICATÓRIA

A minha Mãe Leny da Costa Martins (*in memoriam*), que tanto torceu por mim nesses dois anos de estudos até a fase de pré-qualificação, pois, se eu não tivesse tido o apoio e as orações dela, provavelmente não chegaria até aqui.

AGRADECIMENTOS

Alegria, sensações intensas, inquietude e racionalidade sempre coexistiram dentro de mim. Nascida e criada no coração da Amazônia, tive meu primeiro encontro com a UERJ aos 17 anos, ao iniciar a graduação em Letras – Português, Literatura e Italiano. Mas como acontece com tantas histórias, o destino redesenhou meus caminhos. Só agora consigo compreender a profundidade desses desvios. No último ano, deixei aquele curso para me lançar em novas aventuras no universo do Direito e da Administração Pública. Ainda assim, algo permanecia latente, como uma voz interior que insistia em ser ouvida.

Assim, meio a intensas transformações na minha trajetória profissional, marcadas por desafios e conquistas, recebi um convite precioso, vindo do meu gestor, na Subsecretaria de Executiva da Casa Civil, gesto que abriu as portas para a minha participação na seleção do Mestrado Profissional. Hoje, após dois anos de intensa dedicação, vividos a ferro e fogo, retorno ao meu primeiro desafio acadêmico, a UERJ, onde tudo começou. Com humildade no coração, agradeço a oportunidade recebida e carrego comigo o desejo sincero de transformar este trabalho em frutos que possam contribuir para a sociedade.

Agradeço a Deus pela oportunidade, a minha família, ao meu marido Pedro e minha filha Natália, por estarem ao meu lado em cada momento, sem deixar de mencionar a minha amiga Mariana Xavier, fomos dupla em todas as trajetórias ao longo desses dois anos. Em meio às dúvidas e medos, foram o amor, a força e a energia de vocês que me sustentaram e me impulsionaram a seguir em frente, por isso o meu respeito e gratidão eterna.

Expresso minha profunda gratidão à Profa. Dra. Tânia e ao Prof. Dr. Carlyle, que estiveram ao meu lado com paciência e apoio incondicional, especialmente na semana da pré-qualificação, quando enfrentei a dor da perda da minha mãe. Estendo também meus agradecimentos à instituição, aos colegas e a todos que me ofereceram auxílio constante ao longo da jornada. Foi uma satisfação imensa pesquisar o tema escolhido e poder contribuir com um movimento inspirador: a Economia Solidária e a Agricultura Familiar.

“É inadmissível que, em pleno século XXI, ainda seja necessário lutar pela erradicação do abandono das políticas públicas voltadas aos pequenos produtores. Em um país de solo fértil e agricultura rica em saberes tradicionais, é urgente reafirmar a importância dos programas de segurança alimentar e promover uma produção respeitosa e sustentável. A agricultura familiar, alicerçada na Economia Solidária (ES), representa não apenas resistência, mas uma alternativa viável e essencial frente ao modelo predatório dominante”.

Paul Israel Singer

RESUMO

ALMEIDA, L. C. M. de. *Economia Solidária (ES) como alternativa e modelo de transformação social na agricultura familiar fluminense*. 2025. 76 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Gestão Pública) - Faculdade de Administração e Finanças, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

Diante de desafios contemporâneos como crises econômicas e exclusão social, a Economia Solidária (ES) emerge como uma alternativa promissora baseada na cooperação, solidariedade e gestão compartilhada, visando transformar os processos de produção e distribuição para promover trabalho, renda e melhoria da qualidade de vida, conforme defendido por autores como Paul Singer. Esta pesquisa insere-se no contexto da agricultura familiar brasileira, destacando sua vulnerabilidade econômica e social, agravada por mudanças climáticas e pela atuação de múltiplos atores. A ES é apresentada como uma ferramenta transformadora no mundo do trabalho, que fomenta a autogestão e fortalece práticas sustentáveis e colaborativas, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. O estudo delimitou-se ao estado do Rio de Janeiro, com foco nas políticas públicas estaduais e na atuação de instituições-chave como EMATER-RIO e CEASA-RJ. O objetivo central foi compreender como a Economia Solidária pode contribuir para a política pública do estado do Rio de Janeiro, visando a transformação social na agricultura familiar fluminense. A metodologia adotada foi a análise qualitativa de dados, com ênfase em pesquisa documental e bibliográfica, além de uma investigação exploratória e descritiva. A abordagem foi fundamentada nos princípios da economia solidária, autogestão, solidariedade, sustentabilidade e justiça social, complementada por entrevistas em profundidade na etapa de pesquisa de campo. A análise dos dados utilizou a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2016), estruturada em pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, com uma grade mista de categorias pré-definidas e emergentes. As entrevistas realizadas com profissionais da EMATER-RIO e CEASA-RJ revelaram uma complementaridade estratégica fundamental entre as duas instituições no fomento da Economia Solidária e no apoio à agricultura familiar fluminense. A EMATER-RIO demonstra um papel importante no desenvolvimento de capacidades técnicas, organizacionais e humanas dos agricultores, buscando a melhoria da qualidade de vida das famílias por meio de uma "pedagogia da extensão rural" que promove ativamente a autogestão. Paralelamente, a CEASA-RJ funciona como um ponto de articulação no mercado, facilitando o escoamento da produção e implementando políticas públicas essenciais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que conecta diretamente o fomento da agricultura familiar à segurança alimentar da população. A integração de suas ações amplia o protagonismo do pequeno produtor rural e fortalece as redes cooperativas existentes, exemplificando a sinergia e a hibridação de lógicas do Estado e do mercado em favor da sociedade, conforme a teoria de Laville (2001). Os resultados desta pesquisa evidenciam o potencial da Economia Solidária, quando articulada por meio de políticas públicas e ações institucionais coordenadas, para promover uma transformação social significativa na agricultura familiar do Rio de Janeiro. A sinergia entre EMATER-RIO e CEASA-RJ demonstra um modelo eficaz de apoio que vai além do assistencialismo, empoderando os agricultores e integrando-os em cadeias produtivas mais justas e sustentáveis. A ES não se limita a uma alternativa econômica, mas configura-se como um modelo de desenvolvimento que reforça a autonomia, a solidariedade e a sustentabilidade, contribuindo diretamente para a resiliência e a dignidade das comunidades rurais fluminenses.

Palavras-chaves: Economia solidária; Agricultura familiar; Políticas públicas; Transformação social.

ABSTRACT

ALMEIDA, L. C. M. de. *Solidary Economy (SE) as an Alternative and Model of Social Transformation in Rio de Janeiro's Family Farming*. 2025. 76 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Gestão Pública) - Faculdade de Administração e Finanças, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

Facing contemporary challenges like economic crises and social exclusion, the Solidarity Economy (SE) emerges as a promising alternative based on cooperation, solidarity, and shared management. It aims to transform production and distribution processes to promote work, income, and improved quality of life, as advocated by authors like Paul Singer. This research is situated within the context of Brazilian family agriculture, highlighting its economic and social vulnerability, which is exacerbated by climate change and the actions of multiple stakeholders. The SE is presented as a transformative tool in the world of work, fostering self-management and strengthening sustainable and collaborative practices, thereby aligning with the UN's Sustainable Development Goals (SDGs). This study focused on the state of Rio de Janeiro, with a particular emphasis on state public policies and the work of key institutions such as EMATER-RIO and CEASA-RJ. The central objective was to understand how the Solidarity Economy can contribute to public policy in Rio de Janeiro, aiming for social transformation within the state's family agriculture sector. The adopted methodology was qualitative data analysis, with an emphasis on documentary and bibliographical research, supplemented by an exploratory and descriptive investigation. The approach was grounded in the principles of solidarity economy, self-management, solidarity, sustainability, and social justice. These were complemented by in-depth interviews during the field research phase. Data analysis used Bardin's (2016) content analysis technique, structured into pre-analysis, material exploration, and results treatment, with a mixed grid of pre-defined and emergent categories. Interviews with professionals from EMATER-RIO and CEASA-RJ revealed a fundamental strategic complementarity between the two institutions in fostering the Solidarity Economy and supporting family agriculture in Rio de Janeiro. EMATER-RIO plays a significant role in developing the technical, organizational, and human capacities of farmers, seeking to improve the quality of life for families through a "rural extension pedagogy" that actively promotes self-management. Simultaneously, CEASA-RJ acts as a market articulation point, facilitating the flow of production and implementing essential public policies, such as the Food Acquisition Program (PAA), which directly connects the promotion of family farming with the population's food security. The integration of their actions expands the prominence of small rural producers and strengthens existing cooperative networks, exemplifying the synergy and hybridization of state and market logics in favor of society, as described by Laville's (2001) theory. The results of this research highlight the potential of the Solidarity Economy, when articulated through coordinated public policies and institutional actions, to promote significant social transformation in Rio de Janeiro's family agriculture. The synergy between EMATER-RIO and CEASA-RJ demonstrates an effective support model that goes beyond welfare, empowering farmers and integrating them into fairer and more sustainable production chains. The SE is not limited to being just an economic alternative; it's a model of development that strengthens autonomy, solidarity, and sustainability, directly contributing to the resilience and dignity of the state's rural communities.

Keywords: Solidarity Economy; Family Farming; Public Policies; Social Transformation; Rio de Janeiro.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Linha do Tempo da Economia Solidária: Marcos Históricos, Políticas e Leis no Brasil e no Rio de Janeiro.....	34
Quadro 2 - Composição do público a ser pesquisado.....	42
Quadro 3 - Documentos analisados e sua relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).....	53
Quadro 4 - Ações da Parceria CEASA-RJ e EMATER-RIO para Hortas Urbanas e sua Conexão com os ODS.....	57
Quadro 5 - Ações educativas para o fomento da Economia Solidária entre pequenos produtores rurais fluminenses.....	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATLAS ES	Atlas da Economia Solidária
CEASA-RJ	Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro
EMATER-RIO	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro
ES	Economia Solidária
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PIB	Produto Interno Bruto
SEDIPAF	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional do Interior, Pesca e Agricultura Familiar
SEAPA	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIES	Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	13
1	REFERENCIAL TEÓRICO.....	20
1.1	Economia solidária: Conceito, princípios e fundamentos.....	21
1.2	Economia solidária na agricultura familiar.....	28
1.3	Políticas públicas em agricultura familiar no estado do Rio de Janeiro.....	31
1.4	Linha do Tempo: Políticas Públicas, Leis e Modelos Organizacionais.....	34
2	OBJETO DE ESTUDO: POLÍTICA PÚBLICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....	36
3	METODOLOGIA.....	39
3.1	Classificação da pesquisa.....	39
3.2	Coleta de dados.....	39
3.2.1	<u>Levantamento documental.....</u>	40
3.2.2	<u>Entrevistas em profundidade.....</u>	41
3.2.3	<u>Seleção dos sujeitos.....</u>	42
3.3	Análise dos dados.....	43
3.3.1	<u>Categorias de análise.....</u>	43
4	RESULTADOS E ANÁLISES.....	45
4.1	Conceitos e Princípios da Economia Solidária.....	45
4.2	Desafios e Oportunidades para o Pequeno Produtor Rural Fluminense.....	46
4.2.1	<u>Avanços e Oportunidades.....</u>	46
4.2.2	<u>Desafios.....</u>	48
4.3	Políticas Públicas e Institucionalização da Economia Solidária.....	50
4.3.1	<u>Avanços Legislativos.....</u>	51
4.4	Alinhamento com as ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável).....	53
4.4.1	<u>Alinhamento entre as ações e as ODS.....</u>	53
4.5	Atuação da EMATER e CEASA na Promoção da Economia Solidária.....	58
4.5.1	<u>Atuação Institucional.....</u>	58

4.6	Ações educativas para o fomento da Economia Solidária para o Pequeno Produtor Rural Fluminense.....	59
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
	REFERÊNCIAS.....	64
	APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista Técnicos e Alta Administração da EMATER-RIO.....	69
	APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista Técnicos e Alta Administração da CEASA-RJ.....	71
	APÊNDICE C – Ficha de Recrutamento.....	73
	APÊNDICE D – Termo de Consentimento.....	74

INTRODUÇÃO

Diante de desafios contemporâneos como crises econômicas e exclusão social, a economia solidária (ES) emerge como uma alternativa promissora. Baseada em princípios de cooperação, solidariedade e gestão compartilhada, essa abordagem busca transformar os processos de produção e distribuição, gerando trabalho, renda e melhorando a qualidade de vida, sempre com foco na valorização humana e na equidade na distribuição de recursos (Montanõ, 2012).

No Brasil, a ES ganhou impulso a partir de 2012 como resposta estratégica ao desemprego e à exclusão social, consolidando-se como um modelo alternativo de desenvolvimento, reconhecido internacionalmente (Rangel; Manolescu, 2012).

Estruturada como uma política pública transversal, a ES se manifesta em diversos grupos sociais e setores produtivos, tendo como pilares a autogestão, a cooperação e a solidariedade (Singer, 2002). Sendo a agricultura familiar, o pilar responsável pela sua consolidação, ocupando um lugar estratégico como alternativa ao modelo capitalista competitivo.

A narrativa dominante da agricultura única, impulsionada pelo agronegócio, tem levado a um recuo na projeção socioprodutiva da agricultura familiar e a uma fragilidade de investimentos teóricos, políticos e sociais neste segmento (Toledo; Zonin; Kroth, 2024). O processo histórico de formação econômica do Brasil enraizou uma dualidade na estrutura de produção agropecuária, reproduzida entre os agricultores familiares. Embora a agricultura industrial seja responsável por grande parte do produto interno bruto (PIB) brasileiro, estudos recentes demonstram que esse resultado não tem necessariamente alavancado indicadores sociais ou solucionado o problema da fome, reforçando a importância da agricultura familiar como alternativa (Lopes *et al.*, 2023).

No Brasil a agricultura familiar enfrenta vulnerabilidades econômicas e sociais agravadas por fatores como as mudanças climáticas e a atuação de diversos atores (Lindosos *et al.*, 2019; Picolotto, 2014). Sua construção é um resultado de longas disputas políticas entre acadêmicos, representantes estatais e organizações de agricultores, que desempenham um papel fundamental na formulação de modelos de produção agrícola e visões sociais (Picolotto, 2014; Bourdieu, 2005; Thomson, 1987). Atualmente, a trajetória histórica dos agricultores familiares, que assumiram um papel ativo na construção de suas identidades como agentes políticos (Thomson, 1987), conecta-se à missão global de alcançar os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, lançada em 2016 e sucedânea dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) (Gregolin *et al.*, 2017).

Apesar dos desafios, a agricultura familiar se consolida como uma via para o desenvolvimento sustentável e se posiciona como um importante instrumento para a preservação

ambiental, garantindo o acesso à terra e o cumprimento de sua função social no Brasil (Marchi; Christmann, 2024). Esse modelo de produção se destaca por seu potencial em atenuar os desafios climáticos, sociais e alimentares, reforçando a necessidade de políticas públicas que viabilizem e fortaleçam seu protagonismo (Lopes *et al.*, 2023).

A perspectiva da sustentabilidade fortalece a relevância da agricultura familiar e sua interface com o cooperativismo de economia solidária. A forte conexão dessas práticas com a agenda da ONU é evidenciada pela distinção entre agricultura convencional e familiar, e entre cooperativismo tradicional e de economia solidária (Gregolin *et al.*, 2017).

As metas do ODS 2 são particularmente relevantes, incluindo o aumento da produtividade e renda de pequenos produtores, a garantia de acesso igualitário à terra, insumos, conhecimento e mercados, a implementação de práticas agrícolas sustentáveis e resilientes, e o aumento de investimentos em infraestrutura rural, pesquisa e tecnologia, com foco nos países em desenvolvimento.

A Economia Solidária, nesse contexto, destaca-se como uma alternativa transformadora no mundo do trabalho, promovendo a autogestão e viabilizando milhares de organizações coletivas em diversas frentes, desde a produção de bens e serviços até o crédito, finanças e consumo solidário, fortalecendo práticas sustentáveis e colaborativas (ATLAS ES, 2005). Paul Singer e Luiz Inácio Gaiger foram defensores proeminentes da ES, enfatizando a autogestão, a valorização do trabalho e o papel na emancipação social (Rangel; Manolescu, 2012).

A inserção da ES na pesquisa acadêmica visou contribuir para a redução de incertezas locais e a construção de uma economia mais equitativa, onde a subjetividade dos indivíduos e a diversidade cultural são consideradas. Empreendimentos de ES, especialmente no campo, podem carecer de informações estratégicas, como a gestão financeira (Almeida, 2006). O alinhamento da Economia Solidária aos ODS promove ações sustentáveis em múltiplos níveis (econômico, social e ambiental), contribuindo para uma sociedade mais justa e colaborativa, baseada na cooperação, respeito e preservação ambiental.

No Brasil, a Economia Solidária (ES) consolidou-se como política pública, expandindo-se para enfrentar a exclusão social e a precarização do trabalho (De Oliveira; Abreu, 2020). No estado do Rio de Janeiro, essa política é implementada por meio de instituições-chave como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (EMATER-RIO) e as Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro (CEASA-RIO), que atuam em conjunto para organizar a produção e facilitar o acesso a mercados públicos para os pequenos produtores.

Nesse contexto, a presente pesquisa teve como tema o estudo da Economia Solidária (ES) como política pública voltada à transformação social do pequeno produtor rural no estado do Rio

de Janeiro. A partir dessa abordagem, o estudo propõe uma aproximação entre a realidade atual da agricultura familiar fluminense e os princípios da Economia Solidária. Para tanto, a pesquisa se pautou na seguinte questão: De que forma a Economia Solidária (ES) pode atuar para o desenvolvimento e transformação social na agricultura familiar fluminense?

O objetivo central é compreender como a Economia Solidária (ES) pode contribuir para a política pública do estado do Rio de Janeiro visando a transformação social na agricultura familiar fluminense.

Assim, os objetivos específicos são:

- a) Identificar e caracterizar os conceitos de economia solidária e agricultura familiar;
- b) Descrever a área rural fluminense, suas dificuldades e potencialidades econômicas, correlacionando-as à atividade exercida pelo pequeno agricultor rural fluminense e à agricultura familiar;
- c) Investigar os processos de gestão realizados por instituições vinculadas à estrutura básica do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, classificadas como de relevância para o fomento e promoção da economia solidária do Rio de Janeiro;
- d) Propor ações educativas de economia solidária para o estado do Rio de Janeiro voltada ao pequeno produtor rural fluminense.

A partir de uma análise estruturalista da produção da agricultura familiar, este trabalho se propõe a analisar como a institucionalização do setor familiar se reproduziu, apesar de ser vista erroneamente como "uma agricultura atrasada em vias de extinção" (Pires, 2025, p. 14).

Um marco para a ES no Brasil foi a elaboração do Atlas da Economia Solidária no Brasil em 2005, resultado da parceria entre a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE) e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Esta publicação pioneira mapeou os perfis, abrangências e potencialidades dos empreendimentos solidários brasileiros (SENAES/MTE, 2006), sendo uma iniciativa inédita mundialmente na identificação de diversas formas de organização do trabalho baseadas em princípios solidários. O levantamento mobilizou centenas de entidades e entrevistadores, coletando dados de milhares de empreendimentos, o que foi fundamental para evidenciar o potencial da ES e a necessidade de ampliação da atuação estatal (ATLAS ES, 2005). O objetivo central do mapeamento era alimentar o Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária (SIES), um banco de dados eletrônico de acesso público, para a formulação de políticas públicas e a articulação entre os próprios empreendimentos solidários, visando a inclusão produtiva de trabalhadores e comunidades vulneráveis. A inclusão do território rural fluminense no Atlas reforçou a importância de integrar as realidades regionais ao esforço nacional de fortalecimento da ES (ATLAS ES, 2005).

Diante da relevância desse marco, o cenário em 2025 é a retomada e atualização do Atlas da Economia Solidária, por ser uma ferramenta que reúne dados sobre empreendimentos solidários em todo o Brasil. Essa atualização está sendo conduzida por meio do Observatório Nacional da Economia Popular e Solidária e do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL), com o objetivo de reascender novamente o Atlas como um instrumento estratégico para o mapeamento, planejamento e promoção de ações nos territórios.

A partir dessa conjuntura, o Atlas terá a função de uso como base de dados para subsidiar a elaboração do 2º Plano Nacional de Economia Solidária, que está em desenvolvimento, pois 2025 tem se mostrado um ano de expansão significativa dos empreendimentos solidários, com destaques significativos, direcionados para cooperativas de agricultura familiar, bancos comunitários e redes de comercialização justa, reforçando a necessária atualização do Atlas de modo a refletir a diversidade e o impacto dessas iniciativas.

Outro movimento relevante a mencionar foi a crise do socialismo real, que se intensificou a partir da década de 1970, com o enfraquecimento dos governos nacionais e pela ascensão do liberalismo. Esse processo contribuiu para o agravamento das desigualdades sociais, como apontam Hobsbawm (1995) e Dos Santos (2002). A partir dessa realidade, o economista Paul Singer, referência em políticas públicas para a economia solidária, aprofundou estudos sobre cooperativismo e autogestão, propondo um novo olhar sobre o socialismo e sua articulação com a democracia econômica.

Considerando o panorama nacional, o movimento ganhou novo impulso com o novo governo (Luiz Inácio Gonçalves da Silva) em 2002, culminando na criação da SENAES em 2003, sob a liderança de Paul Singer. A SENAES atuou até 2016, consolidando a ES como estratégia de enfrentamento à exclusão social e precarização do trabalho (Oliveira, 2013; De Oliveira; Abreu, 2020). Essa política pública, com foco em populações vulneráveis, expandiu-se significativamente, não apenas por aspectos econômicos, mas por seu papel no fomento ao desenvolvimento solidário e sustentável, geração de renda e garantia de direitos (De Arcanjo; De Oliveira, 2017; De Oliveira; Abreu, 2020).

Nesse contexto, a presente pesquisa teve como tema o estudo da Economia Solidária (ES) como política pública voltada à transformação social do pequeno produtor rural no estado do Rio de Janeiro. A delimitação do estudo abrangeu quatro aspectos principais: o recorte geográfico (estado do Rio de Janeiro, com foco em políticas públicas estaduais de fortalecimento da agricultura familiar e iniciativas solidárias no meio rural), o período analisado (2005 a 2025, cobrindo a consolidação e evolução da ES no Brasil), as instituições-chave e a metodologia.

As instituições-chave envolvidas foram a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (EMATER-RIO) e as Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro (CEASA-RIO). A EMATER-RIO, vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional do Interior, Pesca e Agricultura Familiar (SEDIPAF), promove a atuação no campo busca fortalecer o desenvolvimento rural de forma sustentável, por meio de ações como orientação técnica, troca de saberes e inclusão produtiva de agricultores familiares. Os produtores são acompanhados em processos de capacitação e incentivo a práticas agroecológicas e de cooperação, respeitando os modos de vida locais. Essa presença se estende a diferentes grupos, como pescadores artesanais a comunidades quilombolas, considerando não apenas a produção em si, mas também o cotidiano das famílias, suas relações sociais, o acesso a mercados públicos e o estímulo à transição para modelos mais sustentáveis de cultivo.

Já a CEASA-RIO, vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA) tem a função importante na dinâmica da comercialização de alimentos, especialmente ao facilitar a distribuição da produção de agricultores de menor escala. Essa atuação ajuda a garantir renda para as famílias envolvidas e contribui para o fortalecimento das economias locais. Por meio de iniciativas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e as ações voltadas ao apoio da agricultura família, a instituição busca aproximar produtores de mercados públicos e promover formas mais justas de circulação dos alimentos. Em parceria com outras organizações são desenvolvidos projetos que envolvem a organização coletiva da produção, formação de grupos e acesso a canais de comercialização, valorizando práticas de cooperação e princípios da economia solidária. Essas experiências tem ampliado o papel dos pequenos produtores na cadeia alimentar e fortalece redes baseadas na autogestão, na troca entre pares e na busca por formas sustentáveis de produção e comercialização. As duas instituições a trabalham em conjunto em iniciativas que buscam organizar coletivamente a produção, apoiar a formação de grupos e facilitar o acesso dos agricultores a mercados públicos. Essas ações aproximam práticas agrícolas dos valores da economia solidária, como a cooperação, o compartilhamento de saberes e a valorização do trabalho coletivo. Com isso, os pequenos produtores têm conquistado mais autonomia na gestão de seus empreendimentos e fortalecido redes de colaboração que se baseiam na confiança mútua, na solidariedade e em formas sustentáveis de produzir e comercializar.

Essas delimitações visam aprofundar a compreensão sobre a natureza e o funcionamento dos empreendimentos solidários no Rio de Janeiro, analisando a organização social e econômica dos pequenos agricultores e a complexidade e responsabilidade das instituições estatais nesse processo. Empreendimentos solidários são definidos como formas organizativas que reúnem

trabalhadores urbanos e rurais na comercialização contínua de seus próprios produtos, por meio de diversas formas econômicas (Rocha, 2022).

No plano gerencial, este estudo oferece subsídios para a formulação e aprimoramento de políticas públicas para pequenos produtores rurais fluminenses, propondo diretrizes para a atuação de instituições como EMATER-RIO e CEASA-RIO, além de identificar desafios e oportunidades para a implementação eficaz da ES no setor agrícola. No âmbito social, busca propor alternativas para o fortalecimento da agricultura familiar e a redução das desigualdades socioeconômicas, contribuindo para a inclusão produtiva e o desenvolvimento sustentável dos pequenos produtores rurais do estado do Rio de Janeiro.

A escolha da Economia Solidária (ES) como tema deste estudo se relaciona à importância de reconhecer e compreender práticas já desenvolvidas pela CEASA-RJ, especialmente aquelas voltadas à segurança alimentar e nutricional, ao apoio à agricultura familiar, ao cuidado com a qualidade dos alimentos e ao compromisso com questões socioambientais. Essas ações têm contribuído diretamente para o bastecimento da população e revelam caminhos possíveis para uma organização mais justa e sustentável da produção e distribuição de alimentos. A segunda razão para a escolha do tema está na relevância de fomentar agendas educacionais voltadas ao desenvolvimento rural sustentável, utilizando ferramentas já disponíveis, como a EMATER-RIO. Essa instituição, de natureza educativa, oferece, serviços gratuitos de assistência técnica e extensão rural (ATER), com foco prioritário na agricultura familiar. Por meio de suas ações, busca-se fortalecer os processos produtivos, sociais e ambientais dos agricultores, promovendo a segurança alimentar de forma equitativa e contribuindo para a construção de territórios mais resilientes e sustentáveis..

A ES, ao fomentar a organização em cooperativas, associações e outros empreendimentos econômicos solidários, contribui para a redução da desigualdade social, melhora as condições de vida das populações rurais e fortalece a agricultura familiar. Essas iniciativas são vistas como formas de resistência e alternativas ao modelo capitalista dominante, buscando equidade social e melhoria dos indicadores econômicos. A ES promove a participação cidadã na busca por uma economia mais justa e acessível, surgindo de iniciativas coletivas para estabelecer normas em âmbitos internacional e local, complementando ou suplementando regulamentações nacionais quando necessário (Laville; Silva Junior, 2024).

Nesse contexto, a elaboração de indicadores econômicos da Economia Solidária (ES) na agricultura familiar, como geração de renda, empregabilidade, comercialização direta, sustentabilidade financeira e investimentos locais, amplia a capacidade de mensurar o impacto e a

eficácia desse modelo. Esses indicadores priorizam o respeito ao meio ambiente e às culturas locais, promovendo uma transformação social mais inclusiva e resiliente.

O pequeno produtor rural fluminense, ao adotar uma forma de organização orientada à produção, consumo responsável e sustentabilidade, apresenta características específicas que demandam atenção estatal. Essa realidade evidencia a agricultura familiar como uma alternativa viável para repensar, diversificar e flexibilizar as relações de trabalho e produção, diante das exigências e transformações impostas pelo capitalismo.

Sem a pretensão de esgotar o tema, esta dissertação adotou uma metodologia que inclui análise qualitativa de dados, com ênfase em pesquisa documental e bibliográfica, além de uma investigação exploratória e descritiva. A abordagem foi fundamentada nos princípios conceituais da economia solidária (autogestão, solidariedade, sustentabilidade e justiça social) compreendidos como instrumentos relevantes para a transformação da realidade do pequeno agricultor rural fluminense. A etapa de pesquisa de campo consistiu na realização de entrevistas em profundidade, conforme orientações metodológicas de Vergara (2016).

A dissertação está estruturada em cinco capítulos principais, além da introdução, considerações finais, referências e apêndices. A Introdução contextualiza o trabalho, enquanto o primeiro capítulo, "Referencial Teórico", explora o conceito de Economia Solidária, seus princípios e fundamentos, sua interface com a agricultura familiar e as políticas públicas existentes para o setor no estado do Rio de Janeiro. O segundo capítulo aprofunda o "Objeto de Estudo", especificando a análise das políticas públicas de Economia Solidária na agricultura familiar fluminense. O terceiro capítulo, "Metodologia", detalha a abordagem da pesquisa, os métodos de coleta de dados, como levantamento documental e entrevistas, e as técnicas de análise empregadas. No quarto capítulo, "Resultados e Análises", apresenta e discute os achados do estudo, incluindo avanços legislativos, programas governamentais, a atuação de instituições como EMATER-RIO e CEASA-RJ, e os desafios identificados. Por fim, as Considerações Finais sintetiza as principais conclusões e contribuições do trabalho.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

A Economia Solidária (ES) constitui um movimento socioeconômico que estimula a transformação das relações econômicas, priorizando princípios de cooperação, solidariedade e sustentabilidade. Diferentemente do modelo econômico tradicional, focado na competição e no lucro individual, a ES valoriza a justiça social, a inclusão e o trabalho coletivo. Gaiger (citando Godbout, 1999) a identifica como um conjunto diversificado de práticas coletivas que se contrapõem à lógica utilitarista e individualista do mercado (Gaiger, 2012).

Em uma perspectiva europeia, a ES remonta a atividades econômicas que se consolidam ao articular diferentes registros da economia, buscando uma combinação equilibrada entre recursos de vendas (mercantis), recursos não mercantis (redistribuição) e contribuições voluntárias (não monetárias). Essa abordagem sustenta a ideia de hibridação como um modo perpétuo (Laville, 2001). A hibridação da economia solidária não a considera um campo isolado, mas um espaço onde as lógicas do mercado, do Estado e da reciprocidade social se comunicam. Segundo Laville (2009), são formas legítimas de renovação/ inovação na produção, distribuição e consumo, desafiando a visão tradicional capitalista e individualista.

Para Laville (2001), a Economia Solidária (ES) se distingue por combinar três lógicas fundamentais. Primeiramente, a Economia Mercantil, que embora envolva a venda de serviços e contratos com parceiros privados, é focada em valores sociais e não apenas no lucro. Em segundo lugar, a Lógica do Estado, de caráter redistributivo, que se manifesta por meio de apoio público, políticas governamentais ou subsídios que fortalecem as iniciativas solidárias, como a criação de espaços públicos. Por fim, a Lógica da Reciprocidade, expressa através de relações de solidariedade, apoio mútuo e cooperação entre os envolvidos, como convênios com instituições públicas e parapúblicas, representando uma economia não mercantil.

No Brasil, a Economia Solidária se consolidou como uma alternativa viável e eficiente no combate à exclusão social e no desenvolvimento local. Suas iniciativas englobam cooperativas, associações e redes de troca que visam a autogestão e a partilha equitativa dos resultados econômicos entre os participantes (Talga; Lopes, 2021).

O referencial teórico desta pesquisa apresenta os fundamentos conceituais que orienta a análise da Economia Solidária (ES), compreendida como um movimento socioeconômico que propõe alternativas ao modelo tradicional de organização econômica. Aborda sua definição como movimento que desafia o modelo tradicional, valoriza práticas baseadas na cooperação, na solidariedade e na sustentabilidade, desafiando lógicas centradas na competição e na acumulação. Ao reunir experiências diversas de produção, comercialização e gestão coletiva, esse campo

teórico oferece subsídios para compreender dinâmicas sociais que emergem da agricultura familiar e de outras formas de organização popular. Explora a perspectiva europeia da ES, com destaque para a hibridação de lógicas conforme Jean-Louis Laville. Em seguida, o foco se volta para o contexto brasileiro, onde a ES se consolidou como alternativa eficaz no combate à exclusão social, com ênfase nas contribuições de Paul Singer e nos princípios da autogestão, cooperativismo e desenvolvimento sustentável. Explora o impacto da ES na atualidade e o papel das redes de economia solidária, além de exemplos de casos na região fluminense, que ilustram a aplicação desses conceitos e auxiliam na compreensão do contexto do pequeno agricultor rural fluminense e da importância das políticas públicas baseadas na ES para esse segmento. Por fim, o capítulo explora a interseção da Economia Solidária com a Agricultura Familiar, demonstrando como essa união promove a inclusão social, a valorização do trabalho coletivo e a sustentabilidade ambiental, oferecendo um panorama completo sobre o arcabouço teórico que alicerça esta investigação.

1.1 Economia solidária

A economia solidária representa um movimento social que visa a inclusão produtiva, a geração de trabalho e renda, e o fomento da cooperação, autogestão e autonomia. Nesse contexto, a formação e capacitação contínua de empreendedores são cruciais para o desenvolvimento econômico, social e ambiental de comunidades e regiões (Viana, 2015).

Originada como resposta democrática às crises do capitalismo e ao modelo societário do socialismo real, onde a propriedade dos meios de produção era controlada pelo Estado, excluindo indivíduos e empresas privadas, a economia solidária busca eliminar a exploração dos trabalhadores e descentralizar os recursos econômicos (Ferrarini; Gaiger; Schiochet, 2018).

No Brasil, a economia solidária é estruturada por diversos atores, como camponeses, agricultores familiares, produtores agroecológicos, catadores de materiais recicláveis, artesãos e coletivos culturais. Eles se organizam em associações, cooperativas, comunidades e participações coletivas com autogestão, formando redes de cooperação e sistemas federativos ou confederativos (Ferrarini; Gaiger; Schiochet, 2018).

Apesar de sua relevância, a economia solidária nem sempre foi amplamente reconhecida pela sociedade ou pelas estatísticas econômicas. Para superar essa invisibilidade, a extinta Secretaria Nacional de Economia Solidária (2016) realizou dois mapeamentos nacionais que identificaram mais de 30 mil iniciativas à época, alcançando pontualmente mais de dois milhões de pessoas (Ferrarini; Gaiger; Schiochet, 2018). Esse tipo de organização econômica contribui

significativamente para a inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade, a recuperação de empresas falidas, o desenvolvimento sustentável e a democratização da economia.

Paul Singer, um dos principais teóricos da economia solidária no Brasil, defende em seu livro "Introdução à Economia Solidária" (2002) que ela pode ser uma alternativa superior ao capitalismo, promovendo a igualdade e a solidariedade. Para Singer, uma sociedade igualitária requer uma economia solidária, baseada na cooperação em vez da competição. Ele afirma que "O que está de acordo com a divisão do trabalho entre empresas e dentro das empresas" (Singer, 2002, p.9).

A solidariedade na economia é viável se a organização for construída de forma igualitária por aqueles que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A propositura é a associação entre iguais, diferente do contrato entre desiguais. Um exemplo é a cooperativa de produção, protótipo de empresa solidária, onde todos os sócios têm a mesma parcela do capital e o mesmo direito de voto nas decisões. A estrutura é identificada como princípio básico, sem hierarquia ou competição, com a participação nos ganhos distribuída de forma igualitária (Singer, 2002).

Singer e Souza (2000) diferenciam a economia solidária do modelo econômico tradicional, baseando-se em princípios fundamentais que promovem uma alternativa ao sistema vigente. Na economia solidária, destaca-se a posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que os utilizam, em contraste com a propriedade privada característica do modelo tradicional. A gestão democrática da empresa, seja por participação direta ou representação, é outro pilar, assegurando que as decisões sejam tomadas de forma conjunta. Além disso, a repartição da receita líquida entre os cooperados é definida em assembleia, e a destinação do excedente anual segue critérios coletivamente estabelecidos, reforçando a equidade. Adicionalmente, a cota básica do capital de cada cooperado não é remunerada, e somas adicionais emprestadas à cooperativa são feitas com as menores taxas de juros do mercado, conforme apontado por Pitaguari, Camara e Santos (2012), evidenciando um compromisso com a solidariedade e a não mercantilização do capital.

Essa distinção demonstra que a economia solidária oferece um modelo inovador e sustentável, promovendo uma transformação social e um desenvolvimento mais justo e equitativo. Essa nova globalização surge como resposta ao neoliberalismo, marcada por redes e alianças entre movimentos sociais globais que buscam combater as exclusões sociais, a violação dos direitos humanos, a degradação ambiental, o desemprego e a violência, propondo uma emancipação social baseada na cooperação para criar um novo modelo de desenvolvimento inclusivo (Dos Santos, 2002).

A Economia Solidária, como forma alternativa, reúne trabalhadores em empreendimentos cooperativos onde a propriedade dos meios de produção é compartilhada. Essa lógica fortalece princípios que repelem o uso e exploração do trabalho assalariado. As decisões são tomadas por meio de assembleias ou direções democraticamente eleitas. Não há divisão hierárquica do trabalho nas unidades de produção, o que favorece a autogestão, e a divisão do trabalho social é promovida através das redes de empreendimentos solidários (Pitaguari; Camara; Santos, 2012).

Em uma abordagem latino-americana, a economia solidária emerge de iniciativas de associação livre e democrática dos trabalhadores, visando ganhos econômicos, melhoria da qualidade de vida e reconhecimento e participação cidadã. A solidariedade, na cooperação e no uso compartilhado dos meios de produção, e a autogestão minimizam a separação entre capital e trabalho (Gaiger, 2009).

Globalmente, novas formas de organização e mobilização coletiva vinculam a Economia Solidária a fundamentos compartilhados, comparando realidades e designações que marcam seus antecedentes históricos ou práticas atuais de solidariedade, como a Economia Social e o Terceiro Setor (Gaiger, 2009).

O termo "economia solidária" engloba uma série de experiências organizacionais, contrapondo o cenário atual e novas formas de lidar com a iniciativa cidadã. Em oposição aos métodos tradicionais de solidariedade, a economia solidária é identificada como um fenômeno inédito (Filho, 2001).

No contexto europeu, Filho (2001) define a economia solidária pela proliferação de diversas iniciativas e práticas. Jean-Louis Laville, na França, a denomina "as chamadas iniciativas locais na Europa" (Filho, 2001, p. 24). Para Filho (2001), a ideia se insere nas novas formas de solidariedade, com o termo surgindo no início dos anos 1990 pelos estudos de Laville para evidenciar a emergência de um fenômeno de aglutinação de diversas práticas socioeconômicas (Laville, 2001).

Essas iniciativas, majoritariamente locais e associativas, surgiram como respostas a problemáticas específicas, indicando a associação de duas noções historicamente dissociadas, iniciativa e solidariedade, e a centralidade da solidariedade na elaboração coletiva de atividades econômicas. O modelo europeu da economia solidária liga-se a problemáticas como a crescente exclusão social (questões urbanas) e as falências dos mecanismos de regulação econômico-políticos, cuja origem está nas esferas do Estado e do mercado, e na relação assalariada (Filho, 2001).

Do ponto de vista europeu, particularmente o francês, a economia solidária se manifesta em quatro formas, baseadas na similaridade de atividades: experiências associativistas ou cooperativistas, comércio justo, finança solidária e economia sem dinheiro (Filho, 2001).

Na perspectiva brasileira, a economia solidária reside no legado de uma economia popular fortificada, com atividades de produção e distribuição permeando circuitos estatais e de mercado, despertando interesse por formas de solidariedade, unindo interesses diversos (países periféricos e centrais) e relacionando-se com outras formas de regulação econômico-políticas não necessariamente advindas do mercado ou do Estado (Filho, 2001).

As iniciativas de economia solidária são compreendidas como formas de resistência e propostas alternativas ao modelo de desenvolvimento econômico dominante, associadas à capacidade de incorporar com mais amplitude a dimensão da equidade social e a melhoria dos indicadores sociais e distributivos (Cavalcante, 2020).

No Brasil, a expressão "Economia Solidária" foi marcada pioneiramente em 1996, mencionada por Paul Singer em um artigo na Folha de S. Paulo, intitulado "Economia Solidária contra o Desemprego". Essa política passou a ser vista como uma prática econômica concreta para a transformação social, associada à solidariedade e ao socialismo, e como uma alternativa para segmentos em exclusão social. Contudo, há dificuldade em definir um único nome para o segmento, devido às diferentes perspectivas do fenômeno na América Latina (De Arcanjo; De Oliveira, 2017).

A maioria dos autores se refere à economia solidária como um conjunto de iniciativas coletivas para atividades econômicas, reflexo da realidade social, política e econômica decorrente de diversas situações de exclusão social. O engajamento de intelectuais gerou um esforço substancial na elaboração da política pública de economia solidária no governo federal, com temas da luta social gerando avanços na teoria e na elaboração de novos conteúdos e conceitos para a interpretação da prática social.

Singer (2002) descreve a Economia Solidária no Brasil como um conjunto de iniciativas coletivas e alternativas econômicas voltadas à inclusão social e ao fortalecimento das comunidades, enfatizando seu papel no desenvolvimento de políticas públicas como ferramenta de transformação social e econômica.

O Instituto Paul Singer e a Fundação Tide Setubal (2024) defendem o desenvolvimento solidário como forma de impulsionar novas forças produtivas e relações de produção, buscando um crescimento econômico sustentável que preserve a natureza e redistribua os benefícios em favor dos marginalizados da produção social e do usufruto de seus resultados.

Na década de 1980, Paul Singer, influenciado por sua compreensão das organizações capitalistas e da divisão internacional do trabalho, engajou-se em movimentos pela democratização da economia e da política. Nesse período, ele dialogou com diversos atores, absorvendo suas práticas e experiências de organização econômica e social. Suas produções teóricas destacaram as consequências da concentração de riquezas, como a pobreza, a degradação da qualidade de vida e as desigualdades sociais, econômicas, políticas e ambientais, todas originadas de um modelo de desenvolvimento focado no lucro. Nessa abordagem, Singer correlaciona a economia solidária, a agroecologia e a educação transformadora.

Para Singer (2002), o capitalismo hegemônico, em constante evolução por revoluções tecnológicas e competição entre empresas, é o ponto de partida das forças produtivas. No entanto, "os empreendimentos familiares, coletivos ou públicos sem fins lucrativos influenciam a direção do desenvolvimento, mas são determinados pelos empreendimentos capitalistas" (Justo; Schiavinatto, p. 94-96, 2023). Para autores como Singer, a economia solidária é categorizada conceitualmente como desenvolvimento solidário, opondo-se e superando o desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, a economia solidária e o desenvolvimento solidário são vistos como manifestações socialistas essenciais na atualidade, coexistindo com o modo de produção capitalista, mas deixando claro que "o socialismo não é a mera multiplicação de cooperativas" (Justo; Schiavinatto, p.94, 2023), e sim a mais completa democratização de todas as instituições humanas.

A economia solidária se caracteriza por promover a igualdade e a justiça social por meio de práticas econômicas inovadoras. Ao longo do tempo, surgiram diversos instrumentos de colaboração solidária, incluindo a renovação e autogestão de empresas pelos trabalhadores, o Comércio Justo e Solidário, Organizações de Solidariedade com Marca e Selo, a Agricultura Orgânica, o Consumo Crítico e Solidário, sistemas locais de empregos e comércio, trocas comunitárias com moedas sociais, redes de trocas, a Economia de Comunhão, sistemas de microcrédito, Bancos Populares e Éticos, e Grupos de Compras Solidárias, entre outras iniciativas (Mance, 2007).

A economia solidária emerge como uma alternativa ao modelo econômico hegemônico, desafiando a lógica capitalista de acumulação e competição. Fundamentada na autogestão e na cooperação, ela propõe um sistema econômico centrado na solidariedade, inclusão e justiça social (Singer, 2002). Essa abordagem é amplamente discutida como uma estratégia para combater desigualdades sociais e promover o desenvolvimento sustentável, com relevância tanto no Brasil quanto no cenário internacional (Laville, 2001; Filho, 2001).

Globalmente, a economia solidária tem ganhado reconhecimento como um paradigma alternativo para enfrentar crises econômicas e promover a segurança alimentar, especialmente em regiões vulneráveis (Rodríguez; Cuenca, 2021). Na Europa, Laville (2014) destaca os objetivos inovadores e o status legal dessas iniciativas, enquanto Martínez et al. (2012) ressaltam o papel das organizações comunitárias na economia rural. Estudos qualitativos aprofundam a compreensão sobre suas múltiplas expressões e potencialidades no fortalecimento de redes sociais e econômicas (Pinheiro, 2013), consolidando a economia solidária como um campo de pesquisa e ação com grande potencial para transformar estruturas socioeconômicas e promover a equidade.

A economia solidária (ES) é sustentada por três pilares fundamentais: autogestão, solidariedade e ação econômica.

1. Autogestão: Característica central da ES, promove o protagonismo dos trabalhadores na administração de suas atividades produtivas. As decisões são tomadas coletiva e democraticamente, sem hierarquias rígidas, priorizando a participação equitativa. Isso fomenta o pertencimento e a responsabilidade, minimizando a exploração e eliminando a separação entre capital e trabalho (Gaiger, 2009).
2. Solidariedade: Transcende o caráter econômico, inserindo-se como um valor ético e social. Impulsiona a cooperação, ajuda mútua e compartilhamento de recursos, fortalecendo laços comunitários e gerando benefícios coletivos. É um contraponto à competitividade exacerbada dos modelos econômicos tradicionais, promovendo a construção de redes colaborativas, como cooperativas, bancos populares, moedas sociais e redes de troca (Mance, 2007).
3. Ação Econômica: Busca integrar práticas produtivas que promovam justiça social e sustentabilidade. Consiste em criar alternativas ao sistema capitalista tradicional, gerando trabalho e renda, especialmente para populações vulneráveis. Manifesta-se em áreas como agricultura familiar, produção artesanal, comércio justo e consumo responsável, promovendo resiliência econômica, acesso a mercados e reduzindo a dependência de grandes corporações (Canchis, 2024).

A economia solidária é frequentemente associada a uma vertente transformadora que transcende os aspectos econômicos tradicionais, sendo vista como uma estratégia para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável (Singer, 2002; Gaiger, 2009). Sua essência está enraizada na busca pela emancipação social e na superação das desigualdades estruturais da organização econômica hegemônica (Cavalcante, 2020).

Ao propor um modelo baseado na autogestão, cooperação e solidariedade, a economia solidária desafia as relações de trabalho tradicionais, que frequentemente reproduzem hierarquias

opressoras e exclusões sociais (Gaiger, 2009). Essa abordagem visa redistribuir o poder econômico e político, promovendo a participação ativa dos indivíduos na tomada de decisões sobre suas atividades produtivas e de consumo (Singer, 2002).

A transformação social promovida pela economia solidária também está ligada à valorização de práticas sustentáveis e à construção de novas formas de produção e organização que respeitem os direitos humanos e o meio ambiente (Canchis, 2024). Por meio de iniciativas como cooperativas, redes de trocas e moedas sociais, essa política fortalece as comunidades locais, incentiva o protagonismo de grupos historicamente marginalizados e cria oportunidades de desenvolvimento baseadas na justiça social e na dignidade humana (Gaiger, 2009). Contribui não apenas para a geração de renda, mas também para a formação de uma consciência coletiva voltada para a cidadania ativa e a construção de uma economia que prioriza o bem comum, a inclusão social e o equilíbrio ecológico (Singer, 2002; Cavalcante, 2020).

Nesse sentido, a Organização Internacional do Trabalho (2022) considera a economia solidária como um movimento de atividades baseadas em cooperação voluntária, governança democrática e participativa, autonomia e independência, e distribuição limitada com finalidade social ou pública. Abrange cooperativas, associações, mutualidades, fundações e empresas sociais, operando de acordo com seus valores e princípios (Canchis, 2024).

Gaiger (2009) analisou a Economia Solidária sob a ótica da inclusão social e políticas públicas, abordando avanços teóricos e práticos e refletindo sobre lutas sociais e iniciativas coletivas que buscam superar dificuldades econômicas e sociais de comunidades excluídas. Ele destaca que a economia solidária oferece não apenas uma alternativa econômica, mas também uma forma de resistência e reconstrução social.

Cavalcante (2020) discute a Economia Solidária como alternativa econômica na agricultura familiar, evidenciando sua conexão com a realidade social, política e econômica das comunidades em exclusão e como as práticas solidárias podem fortalecer a agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável, além da importância das cooperativas e associações na promoção da autonomia dos pequenos produtores e na inclusão social.

Canchis (2024) aborda a Economia Solidária em contextos de crise social e sanitária, enfatizando a colaboração e a criação de novas políticas públicas e teorias que respondam às necessidades das populações excluídas. Canchis reforça que é um instrumento essencial para a recuperação econômica, geração e manutenção de empregos, e redução da fome e subnutrição em momentos de adversidade.

Com base nesses referenciais, foram estabelecidos os conceitos básicos que orientaram a política de Economia Solidária no Brasil.

No Brasil, a economia solidária se consolidou como um movimento social robusto, com trajetórias que remontam às práticas de organização popular e resistência históricas. É caracterizada por iniciativas como cooperativas, associações e redes de colaboração, que buscam fortalecer a geração de renda coletivamente (Mance, 2007). O Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) desempenha um papel importante ao mapear essas iniciativas, evidenciando suas peculiaridades e tendências de desenvolvimento no país (Gaiger, 2013).

Nessa trajetória, a economia solidária emerge como uma resposta ao desemprego e à exclusão social, especialmente em momentos de crise econômica. Ao incorporar princípios como equidade, sustentabilidade e inclusão, tem se consolidado como uma política pública relevante para pequenos agricultores, cooperativas e associações, oferecendo oportunidades para o fortalecimento das economias locais e a valorização da produção comunitária (Singer, 2002; Cavalcante, 2020).

As políticas públicas têm sido fundamentais para a ampliação da economia solidária. A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e programas como o “Economia Solidária em Desenvolvimento” promoveram o fortalecimento do setor, integrando-o à agenda nacional de políticas sociais (Silva; Nagem, 2011; Kraychete, 2014). Apesar dos avanços, desafios como a sustentabilidade financeira e a articulação com o setor público permanecem em debate (Lechat, 2002).

Assim, autogestão, solidariedade e ação econômica se complementam na construção de um modelo que valoriza o trabalho humano, a justiça social e o desenvolvimento sustentável, posicionando a economia solidária como uma alternativa concreta ao modelo hegemônico de desenvolvimento.

1.2 Economia solidária na agricultura familiar

A aplicação da Economia Solidária (ES) na agricultura familiar representa uma abordagem estratégica que integra o desenvolvimento econômico, social e ambiental. Essa proposta surge como uma resposta às limitações estruturais enfrentadas pelos pequenos agricultores, como a dificuldade de acesso a crédito, tecnologias e mercados. Ao mesmo tempo, a ES promove práticas sustentáveis e inclusão social (Singer, 2002; Cavalcante, 2020), rompendo com a lógica excludente do mercado convencional e valorizando o trabalho coletivo para fortalecer comunidades rurais (Canchis, 2024).

A agricultura familiar no Brasil é fundamental para a segurança alimentar e a preservação da biodiversidade, sendo responsável por grande parte dos alimentos consumidos no país.

Contudo, esse segmento enfrenta pressões contínuas, incluindo a competição desleal com grandes conglomerados agrícolas e a dificuldade de acesso a políticas públicas eficientes (Cavalcante, 2020).

Neste contexto, aprofundar a compreensão da dualidade entre o agronegócio, impulsionado pelo discurso da "agricultura única", e a agricultura familiar (Toledo; Zonin; Kroth, 2024). Enquanto a narrativa hegemônica do agronegócio foca na eficiência e na exportação, estudos recentes evidenciam que, apesar de sua contribuição para o PIB, esse modelo não se traduz necessariamente em melhoria de indicadores sociais ou na solução de problemas como a fome (Lopes *et al.*, 2023). A agricultura familiar, por sua vez, emerge como um modelo resiliente, cuja institucionalização, vista erroneamente como "atrasada", reproduz-se e se adapta para ser funcional ao moderno capitalismo agrário (Pires, 2025, p.34).

Nesse cenário, a Economia Solidária emerge como uma alternativa transformadora, permitindo que os agricultores familiares superem essas barreiras por meio de práticas coletivas. Formas de organização como cooperativas de produção, associações de comercialização e sistemas de trocas solidárias promovem eficiência, redução de custos e maior poder de negociação em mercados locais e regionais (Gaiger, 2009).

Um dos aspectos mais notáveis da ES é sua capacidade de estabelecer circuitos curtos de comercialização, eliminando intermediários e garantindo preços mais justos tanto para produtores quanto para consumidores. Exemplos bem-sucedidos incluem redes de comércio justo e feiras solidárias, onde os produtos chegam diretamente aos consumidores finais, fortalecendo os laços entre o campo e a cidade (Singer, 2002). Além de promover maior visibilidade para o trabalho dos agricultores, esses espaços criam oportunidades para o desenvolvimento de cadeias produtivas locais e regionais, muitas vezes baseadas em princípios agroecológicos e práticas sustentáveis (Canchis, 2024).

A tecnologia também desempenha um papel importante nesse contexto. Embora os pequenos produtores enfrentem desafios de acesso, soluções simples e acessíveis, como o uso de plataformas digitais para comercialização, podem melhorar significativamente a produtividade e a sustentabilidade. Quando associadas aos princípios da ES, essas inovações têm o potencial de aumentar a competitividade do setor e contribuir para a construção de um mercado mais justo e inclusivo (Cavalcante, 2020).

A sustentabilidade ambiental é um pilar central da Economia Solidária aplicada à agricultura familiar. A adoção de técnicas agroecológicas, rotação de culturas e o manejo sustentável do solo e da água contribuem para a resiliência dos sistemas produtivos, especialmente diante das mudanças climáticas globais (Cavalcante, 2020). Essas práticas não apenas protegem o

meio ambiente, mas também asseguram a qualidade dos alimentos, essencial para a saúde das populações. A transição para modelos de produção resilientes e adaptados às especificidades locais é uma prioridade estratégica para garantir a segurança alimentar e nutricional a longo prazo (Gaiger, 2009). Além de proteger o meio ambiente, essas práticas estão intrinsecamente ligadas ao conceito de reforma agrária e à garantia da função social da terra, reforçando a agricultura familiar como um instrumento estratégico para a sustentabilidade no Brasil (Marchi; Christmann, 2024).

Além dos benefícios econômicos e ambientais, a ES é fundamental no fortalecimento social das comunidades rurais. Ao fomentar a criação de cooperativas e associações, ela promove o empoderamento dos pequenos agricultores, incentivando a autonomia e a tomada de decisões coletivas (Neto; Chepp, 2011). Essa abordagem cria um ambiente mais inclusivo, onde mulheres, jovens e outros grupos marginalizados encontram oportunidades de participação ativa no processo produtivo. A igualdade de gênero, por exemplo, é um princípio-chave em muitas iniciativas solidárias, buscando corrigir desigualdades históricas no campo (Tedeschi, 2017).

A implementação da Economia Solidária na agricultura familiar brasileira demanda políticas públicas específicas que considerem as particularidades do país. Incentivos fiscais e programas de capacitação técnica são essenciais para que os agricultores compreendam e adotem práticas solidárias de forma mais eficiente (Singer, 2002). A transformação nas relações com o mercado e consumidores, com a promoção de um modelo mais horizontal e colaborativo por meio de cooperativas de produtores, permite maior poder de barganha e melhores condições de trabalho (Neto; Chepp, 2021). Iniciativas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e as compras institucionais para alimentação escolar são exemplos de políticas que podem ser aprimoradas para incorporar os princípios da ES, gerando benefícios mais amplos para as comunidades rurais (Cavalcante, 2020).

A integração da Economia Solidária às estratégias de desenvolvimento sustentável, alinhando-a aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, é outro ponto relevante. Práticas solidárias podem contribuir diretamente para o alcance de metas como a erradicação da pobreza (ODS 1), fome zero e agricultura sustentável (ODS 2), igualdade de gênero (ODS 5) e ação contra a mudança global do clima (ODS 13) (Canchis, 2024). Tais contribuições reforçam o papel estratégico da ES não apenas como uma alternativa econômica, mas como um modelo integrado de desenvolvimento que atende às demandas sociais e ambientais do século XXI (Pastore, 2022).

Para que a Economia Solidária se consolide como uma alternativa robusta e transformadora para a agricultura familiar no Brasil, é fundamental que as políticas públicas garantam a inclusão

dos pequenos agricultores nas tomadas de decisão e na implementação de projetos de desenvolvimento rural. A criação de espaços de diálogo entre agricultores familiares, gestores públicos e consumidores é para que as políticas sejam mais efetivas e voltadas para as necessidades reais do campo. Além disso, a promoção de uma educação no campo que forme líderes comunitários e gestores de cooperativas pode fortalecer a autogestão e a sustentabilidade das práticas solidárias (Gaiger, 2009).

Em suma, a Economia Solidária na agricultura familiar não se limita a oferecer soluções para desafios imediatos; ela representa uma visão de futuro, onde o desenvolvimento rural sustentável é alcançado por meio da cooperação, inclusão social e respeito ao meio ambiente. Ao criar um modelo econômico mais justo e resiliente, baseado na solidariedade e na autogestão, a ES contribui para a construção de uma sociedade mais equilibrada e sustentável, tanto no campo quanto nas cidades (Cavalcante, 2020). Portanto, sua aplicação na agricultura familiar deve ser amplamente incentivada, reconhecida e integrada às políticas públicas e aos programas de desenvolvimento rural no Brasil (Canchis, 2024).

1.3 Políticas públicas em agricultura familiar no estado do Rio De Janeiro

As políticas públicas são ferramentas essenciais para promover justiça social, inclusão e desenvolvimento sustentável. No contexto da Economia Solidária (ES), elas são particularmente relevantes ao fomentar práticas econômicas mais inclusivas, priorizando pequenos produtores e impulsionando a sustentabilidade econômica, social e ambiental. A ES tem sido amplamente discutida como uma alternativa ao modelo econômico tradicional, buscando responder às desigualdades estruturais do sistema capitalista e incorporando aspectos sociais, políticos e culturais em sua abordagem (Singer, 2002).

No Brasil, a institucionalização da Economia Solidária deu um passo significativo com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) em 2003, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego. A SENAES foi fundamental na implementação de programas voltados à inclusão produtiva, autogestão e ao fortalecimento de setores como a agricultura familiar e o cooperativismo, contribuindo para a estruturação de redes solidárias e o fortalecimento de empreendimentos coletivos em diversas regiões do país (Oliveira, 2013).

No estado do Rio de Janeiro, a Economia Solidária tem se mostrado uma estratégia importante para apoiar os pequenos agricultores rurais, que frequentemente são marginalizados por estruturas econômicas que favorecem grandes corporações e monoculturas (Cavalcante, 2020). Essa abordagem contribui para a autonomia produtiva, a valorização dos saberes tradicionais e o

combate à pobreza rural. Pequenos produtores desempenham não apenas na produção de alimentos, mas também na preservação da biodiversidade e na garantia da segurança alimentar regional (Cavalcante, 2020).

Os agricultores fluminenses, entretanto, enfrentam desafios significativos que limitam sua competitividade e desenvolvimento:

- Dificuldade de acesso a crédito: Muitos agricultores não conseguem atender aos critérios exigidos pelas instituições financeiras tradicionais, o que restringe investimentos essenciais em infraestrutura, maquinário e insumos (Munaldi *et al.*, 2022).
- Capacitação técnica limitada: A carência de acesso a treinamentos e tecnologias apropriadas impede a adoção de práticas agrícolas mais eficientes e sustentáveis (Munaldi *et al.*, 2022).
- Desafios logísticos: A infraestrutura inadequada para o transporte e a comercialização dos produtos reduz a competitividade dos agricultores nos mercados locais e regionais (Maia *et al.*, 2019).
- Baixa organização coletiva: A participação em associações ou cooperativas ainda é limitada, dificultando o acesso a políticas públicas e a comercialização em maior escala (De Souza; Picanço, 2023).

Apesar desses desafios, o estado do Rio de Janeiro possui um grande potencial para o desenvolvimento de cadeias produtivas sustentáveis. A implementação de políticas públicas baseadas nos princípios da ES, como autogestão, solidariedade e valorização do trabalho coletivo, pode contribuir significativamente para superar essas barreiras (Oliveira *et al.*, 2024).

No cenário fluminense, instituições como a EMATER-RIO (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro) e a CEASA-RIO (Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro) desempenham papéis fundamentais na execução de políticas públicas voltadas aos pequenos agricultores (Antonio; Assis, 2024). A EMATER-RIO oferece assistência técnica e apoio na implementação de práticas sustentáveis, auxiliando os agricultores a adotar técnicas agroecológicas, melhorar a produtividade e a se organizar em cooperativas ou associações (Munaldi *et al.*, 2022; Antonio; Assis, 2024). A CEASA-RIO, por sua vez, facilita o acesso ao mercado por meio da criação de canais de comercialização, como feiras de produtores e pontos de distribuição que priorizam a agricultura familiar e o comércio justo (Antonio; Assis, 2024).

Além disso, programas federais como o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e iniciativas estaduais de apoio à agroecologia são ferramentas importantes para integrar os pequenos produtores ao mercado, oferecendo linhas de crédito diferenciadas,

capacitação técnica e incentivos à produção sustentável (De Souza; Picanço, 2023). A aplicação dos princípios da Economia Solidária nessas políticas pode transformar a realidade dos pequenos agricultores e promover um modelo de desenvolvimento mais inclusivo e sustentável (Sousa, 2021).

As políticas públicas alinhadas à Economia Solidária promovem uma série de benefícios para a agricultura familiar no Rio de Janeiro:

- Redução das desigualdades rurais: Ao promover a inclusão produtiva e o acesso ao mercado, essas políticas minimizam as disparidades socioeconômicas.
- Fortalecimento da economia local: A valorização da produção regional gera emprego e renda nas comunidades, impulsionando o desenvolvimento das áreas rurais.
- Preservação ambiental: O incentivo a práticas agroecológicas e ao manejo sustentável dos recursos naturais contribui para a conservação da biodiversidade e o combate às mudanças climáticas.
- Garantia da segurança alimentar: O apoio à agricultura familiar assegura o abastecimento de alimentos saudáveis e de qualidade para a população local.

A implementação da Economia Solidária na agricultura familiar também implica uma transformação nas relações dos agricultores com o mercado e os consumidores. Em vez de dependerem de modelos de produção e comercialização verticalizados controlados por grandes empresas, a ES promove um modelo mais horizontal e colaborativo. Cooperativas de produtores, por exemplo, permitem negociações coletivas, aumentando o poder de barganha e melhorando as condições de trabalho e produção. Ao fortalecer as redes locais de consumo, esses modelos diminuem a dependência de grandes redes de distribuição, impulsionando a economia local e criando uma relação mais direta entre produtor e consumidor (Neto; Chepp, 2021).

Integrar a Economia Solidária às estratégias de desenvolvimento sustentável, alinhando-a aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Práticas solidárias podem contribuir diretamente para o alcance de metas como a erradicação da pobreza (ODS 1), fome zero e agricultura sustentável (ODS 2), igualdade de gênero (ODS 5) e ação contra a mudança global do clima (ODS 13) (Canchis, 2024). Essas contribuições reforçam o papel estratégico da ES não apenas como uma alternativa econômica, mas como um modelo integrado de desenvolvimento que atende às demandas sociais e ambientais do século XXI (Pastore, 2022).

Para que a Economia Solidária na agricultura familiar se consolide, é fundamental que as políticas públicas garantam a inclusão dos pequenos agricultores nas tomadas de decisão e na implementação de projetos de desenvolvimento rural. A criação de espaços de diálogo entre os agricultores familiares, gestores públicos e consumidores é essencial para a efetividade das

políticas. Além disso, a promoção de uma educação no campo que forme líderes comunitários e gestores de cooperativas pode ser uma estratégia poderosa para fortalecer a autogestão e a sustentabilidade das práticas solidárias (Gaiger, 2009). Dessa forma, as políticas públicas voltadas à Economia Solidária transcendem o apoio financeiro ou técnico; elas representam um instrumento transformador, que busca construir um sistema econômico mais justo, participativo e alinhado às demandas da sociedade contemporânea por sustentabilidade e inclusão (Pimentel; Suassuna, 2024).

1.4 Linha do Tempo: Políticas Públicas, Leis e Modelos Organizacionais

Para compreender a institucionalização e a consolidação da Economia Solidária (ES) no cenário nacional e, especificamente, no Rio de Janeiro, é fundamental analisar a evolução das políticas públicas, das leis e dos modelos organizacionais que moldaram este campo. A linha do tempo a seguir (Quadro 1) apresenta os marcos históricos que demonstram o processo de institucionalização da ES, evidenciando como as ações do Estado e da sociedade civil se entrelaçaram para construir um ecossistema de apoio e reconhecimento.

Quadro 1 - Linha do Tempo da Economia Solidária: Marcos Históricos, Políticas e Leis no Brasil e no Rio de Janeiro (Continua)

Ano/Período	Evento e Descrição
Década de 1970	Ascensão do neoliberalismo e crise do socialismo real. O período foi marcado por transformações econômicas e ideológicas que ampliaram as desigualdades sociais e impulsionaram o surgimento de iniciativas de autogestão e cooperativismo como respostas à exclusão social e ao desemprego.
2002	Impulso ao movimento de Economia Solidária. Com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o movimento ganhou destaque e apoio governamental, resultando na criação de instâncias e políticas específicas para o setor.
2003	Criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) . Sob a liderança de Paul Singer, a SENAES consolidou a ES como estratégia de combate à exclusão social, atuando até 2016 e promovendo políticas públicas direcionadas.
2005	Lançamento do Atlas da Economia Solidária no Brasil . A publicação pioneira realizou um mapeamento nacional dos empreendimentos de ES, fornecendo dados fundamentais e destacando sua presença também no meio rural fluminense.

Quadro 1 – Linha do Tempo da Economia Solidária: Marcos Históricos, Políticas e Leis no Brasil e no Rio de Janeiro (Continuação)

Ano/Período	Evento e Descrição
2014	Aprovação da Lei nº 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC). A norma regulamentou as parcerias entre o Estado e as organizações da sociedade civil, garantindo maior segurança jurídica às iniciativas de ES e às relações com a agricultura familiar.
2023	Atendimentos da EMATER-RIO. A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro registrou 124.717 atendimentos a 36.621 beneficiários, com foco na inclusão produtiva e no fortalecimento das práticas de ES.
2025	Atualização do Atlas da Economia Solidária. O novo mapeamento, em andamento, reflete a expansão contínua do setor e reforça a importância de registrar o crescimento dos empreendimentos de ES em nível nacional e estadual.

Fonte: A autora, 2025.

2 OBJETO DE ESTUDO: POLÍTICA PÚBLICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ao aprofundar o objeto de estudo da pesquisa, explorando a Política Pública da Economia Solidária na Agricultura Familiar no Estado do Rio de Janeiro. Ele detalha como essa política se apresenta como uma alternativa para o desenvolvimento sustentável, a inclusão social e o fortalecimento da economia local, especialmente para os pequenos produtores rurais fluminenses. Foram examinadas as estratégias adotadas, os desafios enfrentados e o potencial da autogestão, cooperação e solidariedade como pilares para uma economia mais justa e resiliente no contexto da agricultura familiar.

A política pública da economia solidária na Agricultura Familiar no estado do Rio de Janeiro tem ganhado destaque como uma alternativa viável para o desenvolvimento sustentável, a inclusão social e o fortalecimento da economia local. Essa política visa atender aos pequenos produtores rurais, a maioria dos quais enfrentam dificuldades no acesso a crédito, mercados e conhecimentos técnicos necessários para aumentar a produtividade e garantir a sustentabilidade de seus negócios. A proposta dessa política é promover uma economia mais justa e inclusiva, voltada para a autogestão, cooperação e solidariedade (Gaiger, 2009).

A Agricultura Familiar no Rio de Janeiro é caracterizada por um grande número de pequenos produtores que, muitas vezes, enfrentam dificuldades em relação ao acesso a mercados e recursos financeiros. Nesse contexto, a política pública voltada para esse setor busca oferecer soluções inovadoras e colaborativas que integrem esses produtores ao mercado de maneira mais justa, garantindo que tenham autonomia e controle sobre suas atividades produtivas. Além disso, essa política tem como objetivo fomentar práticas que respeitem os saberes tradicionais e promovam a sustentabilidade ambiental, como a agroecologia e a agricultura orgânica, que são alternativas ao modelo convencional de monocultura e uso de insumos químicos (Mance, 2007; Laville, 2014).

A Economia Solidária surge como uma abordagem central dentro dessa política, propondo alternativas de organização econômica que priorizam a cooperação entre os pequenos produtores e a solidariedade nas relações de trabalho. Ela visa, ainda, fortalecer a autonomia dos agricultores familiares, promovendo a criação de cooperativas e associações que possam unir os produtores para acessar mercados mais amplos, comprar insumos de forma coletiva e distribuir as riquezas geradas de maneira mais equitativa (Filho, 2001).

Dessa forma, a autogestão e a gestão democrática se tornam pilares essenciais, garantindo que todos os envolvidos tenham voz e participação ativa na tomada de decisões que afetam o coletivo (Gaiger, 2009).

No contexto do Rio de Janeiro essa política não apenas fortalece a agricultura familiar, mas também contribui para o desenvolvimento de uma rede solidária de produção e consumo, promovendo o comércio justo e responsável. A proposta é criar canais de comercialização que atendam à demanda local, respeitem os preços justos para os produtos agroecológicos e solidários, e que estejam alinhados aos princípios da economia solidária, que visam um sistema econômico mais ético, onde a solidariedade substitui a competição desenfreada dos mercados tradicionais (Canchis, 2024).

A inclusão social e o fortalecimento da economia local são também objetivos centrais dessa política. Para alcançar esses objetivos, a política pública da economia solidária e da Agricultura Familiar no Rio de Janeiro inclui diversas estratégias, como a implementação de sistemas de microcrédito, a formação de bancos populares e a criação de moedas sociais. Essas iniciativas permitem aos pequenos produtores acesso a recursos financeiros, promovendo a inclusão bancária e o acesso a capital, sem a necessidade de recorrer aos bancos tradicionais, que muitas vezes impõem altas taxas de juros e exigências difíceis de serem atendidas pelas comunidades rurais (Laville, 2014; Pinheiro, 2013).

Além disso, as práticas de educação no campo e a capacitação técnica são componentes essenciais dessa política. Elas garantem que os pequenos produtores não apenas tenham acesso ao conhecimento necessário para melhorar sua produção, mas também possam se organizar para gerir suas cooperativas e associações de forma eficiente, promovendo uma gestão democrática e participativa. Essa formação inclui temas como gestão financeira, marketing comunitário, técnicas agrícolas sustentáveis, e direitos trabalhistas, assegurando que os produtores se tornem protagonistas de suas próprias histórias e de suas comunidades (Pinheiro, 2013).

Outro aspecto importante dessa política pública é a promoção de práticas sustentáveis e o fortalecimento da resiliência econômica das comunidades rurais. A utilização de práticas agroecológicas e a promoção da agricultura orgânica são estratégias para reduzir a dependência dos produtos químicos, diminuir os impactos ambientais e promover uma produção mais saudável e equilibrada com a natureza. Essa abordagem busca, ainda, diminuir a vulnerabilidade das comunidades rurais às crises econômicas e ambientais, ampliando suas alternativas de geração de renda e bem-estar (Rodríguez; Cuenca, 2021; Canchis, 2024).

A Economia Solidária e a agricultura familiar no Rio de Janeiro, portanto, estão intrinsecamente conectadas, formando um ciclo virtuoso de inclusão, justiça social e

desenvolvimento sustentável. Elas representam uma alternativa ao modelo tradicional de desenvolvimento econômico, que prioriza a competição e a maximização do lucro em detrimento do bem-estar social e ambiental. Ao adotar uma lógica de cooperação, solidariedade e autogestão, essas políticas públicas buscam transformar as condições de vida e de trabalho dos pequenos produtores, criando uma sociedade mais equitativa e sustentável, tanto no campo quanto nas cidades (Singer, 2002; Cavalcante, 2020).

Dessa forma, ao analisar a política pública de economia solidária na agricultura familiar no Rio de Janeiro, fica evidente que ela não só busca resolver as questões imediatas dos pequenos produtores, mas também oferece uma alternativa viável para a construção de um modelo econômico mais justo e sustentável. A integração das práticas da economia solidária e da agricultura familiar tem o potencial de criar um modelo de desenvolvimento mais inclusivo, sustentável e resiliente, capaz de enfrentar as desigualdades estruturais que ainda marcam a sociedade brasileira.

3 METODOLOGIA

Este capítulo detalha a metodologia empregada na pesquisa, fundamental para alcançar os objetivos propostos e garantir a robustez e a credibilidade dos resultados. Aborda a classificação da pesquisa, o delineamento da coleta de dados, que inclui as etapas documental e de campo, com suas respectivas técnicas, assim como o levantamento documental e as entrevistas em profundidade, a seleção dos sujeitos e, finalmente, os procedimentos para a análise dos dados, incluindo as categorias de análise predefinidas e emergentes.

3.1 Classificação da pesquisa

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, proporcionando uma compreensão aprofundada do papel da Economia Solidária (ES) na formulação de políticas públicas voltadas à transformação social do pequeno produtor rural fluminense. Seguindo a classificação proposta por Vergara (2016), tratou-se de uma pesquisa exploratória e descritiva. A natureza exploratória se justificou pela necessidade de investigar um fenômeno ainda pouco estudado no estado do Rio de Janeiro, ampliando o conhecimento sobre a relação entre ES e políticas públicas na região. Já a vertente descritiva visou caracterizar a realidade dos pequenos produtores rurais, analisando tanto suas condições socioeconômicas quanto a atuação das instituições responsáveis pela promoção da ES, permitindo uma visão estruturada do cenário investigado.

3.2 Coleta de dados

Quanto aos procedimentos, a pesquisa foi desenvolvida em duas etapas: documental e de campo. De acordo com a classificação de Vergara (2016), a etapa documental envolve a análise de leis, regulamentos, relatórios institucionais e outros documentos que subsidiam a compreensão da estruturação da ES como política pública. Já a etapa de campo consistiu na realização de entrevistas em profundidade com profissionais da área técnica e da alta administração da EMATER e CEASA, instituições fundamentais para o fomento da ES e da agricultura familiar no estado do Rio de Janeiro.

A coleta de dados, etapa essencial da pesquisa, visou reunir informações relevantes para a análise proposta. Para garantir a robustez dos dados coletados, foram utilizadas técnicas distintas e complementares, que permitiram uma visão abrangente do fenômeno estudado. De acordo com

Marconi e Lakatos (2017), a escolha criteriosa dos instrumentos de coleta é fundamental para assegurar a validade e confiabilidade das informações.

Cada uma dessas fases foi delineada de forma a capturar diferentes dimensões da Economia Solidária e sua atuação como política pública para o pequeno produtor rural fluminense.

3.2.1 Levantamento documental

A pesquisa documental, conforme definido por Vergara (2016), consiste na análise de documentos preservados em órgãos públicos e privados, abrangendo uma ampla variedade de fontes. Entre os materiais considerados estão registros institucionais, anais, regulamentos, circulares, ofícios, memorandos, balancetes, comunicações informais. Esse tipo de investigação tem como objetivo examinar sistematicamente registros existentes para ampliar a compreensão do fenômeno estudado.

No contexto desta pesquisa, o levantamento documental foi conduzido a partir da consulta a documentos oficiais relacionados à Economia Solidária (ES), com foco na formulação de políticas públicas voltadas ao pequeno produtor rural fluminense. Para isso, foram analisados:

- Legislação vigente: leis e decretos estaduais e federais que regulamentam a ES;
- Planos e programas governamentais: iniciativas voltadas para o fortalecimento da ES e da agricultura familiar;
- Relatórios institucionais: documentos da EMATER e CEASA sobre suas atividades e projetos no setor;
- Relatórios de organismos internacionais: pesquisas e análises que abordam a ES como estratégia de desenvolvimento social e econômico.

O recorte temporal desta pesquisa abrange o período de 2005 a 2025, pois esse intervalo corresponde à fase de consolidação e expansão da economia solidária no Brasil. Esse intervalo permite uma análise abrangente dos avanços, desafios e impactos das políticas públicas voltadas ao tema, possibilitando a avaliação da evolução da regulamentação e das estratégias de desenvolvimento social e econômico nessa área.

Dentre os principais marcos desse período, destaca-se a publicação do Atlas da Economia Solidária no Brasil, uma importante contribuição para o mapeamento dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) (Krebs; Fischer, 2024). Além disso, observa-se a intensificação das ações promovidas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), com destaque para programas de apoio voltados a empreendimentos com participação feminina (Mazaro; Matsukura;

Lussi, 2020; Chiariello, 2020). Essas iniciativas foram fundamentais para fortalecer a economia solidária, ampliar sua visibilidade e reconhecimento, tanto no âmbito governamental quanto na sociedade civil.

Mesmo diante de desafios, o tema demonstrou resiliência e capacidade de adaptação, como evidenciado durante a pandemia da COVID-19, período em que a economia solidária se mostrou fundamental na mitigação dos impactos socioeconômicos, reafirmando sua relevância como estratégia de desenvolvimento sustentável e inclusão social (Molina *et al.*, 2020).

A análise dos documentos foi conduzida com o objetivo de identificar diretrizes, desafios e potencialidades da ES enquanto política pública voltada ao pequeno produtor rural.

3.2.2 Entrevistas em profundidade

A segunda etapa da coleta de dados consistiu na realização de entrevistas em profundidade com profissionais da área técnica e da alta administração da EMATER e CEASA. Essa abordagem permitiu uma compreensão abrangente sobre como essas instituições perceberam a Economia Solidária (ES), seus desafios, práticas e as perspectivas de fortalecimento dessa política pública, tanto no nível operacional quanto estratégico.

Segundo Vergara (2016), a entrevista é uma ferramenta essencial para a coleta de dados qualitativos, permitindo captar percepções, sentimentos e subjetividades dos entrevistados.

Optou-se pela abordagem semiestruturada, que permitiu a flexibilidade para explorar aspectos emergentes, ao mesmo tempo em que garantiu a cobertura dos tópicos principais da pesquisa. Esse formato possibilitou que os entrevistados, tanto da área técnica quanto da alta administração, compartilhem suas experiências e percepções sobre a atuação das instituições no fomento da ES, e sua visão sobre os desafios e as oportunidades para o desenvolvimento da agricultura familiar no estado do Rio de Janeiro.

O roteiro utilizado nas entrevistas, essencial para direcionar a coleta de informações de forma sistemática, foi elaborado para aplicação junto aos técnicos e gestores da EMATER-RIO e CEASA-RIO. O roteiro das entrevistas encontram-se nos apêndices A e B, respectivamente. Esses instrumentos foram estruturados considerando os seguintes aspectos:

- Conceito e percepção da ES;
- Principais desafios enfrentados pelos pequenos produtores rurais;
- Papel das instituições no apoio e na promoção da ES;
- Impactos da ES na agricultura familiar e na economia rural.

A ficha de recrutamento e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) encontram-se nos apêndices C e D.

3.2.3 Seleção dos sujeitos

A seleção dos sujeitos da pesquisa foi realizada de forma intencional, conforme orienta Vergara (2016), que destacou a importância de um processo de escolha estratégico, no qual os participantes devem ser selecionados com base em sua relevância para o estudo.

Dessa forma, a pesquisa foi conduzida com profissionais da área técnica e da alta administração da EMATER e CEASA, órgãos que desempenham papéis fundamentais no fomento e implementação da Economia Solidária (ES) no Estado do Rio de Janeiro.

A seleção dos sujeitos foi baseada nos seguintes critérios:

- Tempo de experiência na instituição;
- Atuação direta com pequenos produtores rurais;
- Envolvimento em projetos de ES.

Este critério visa garantir uma diversidade de perspectivas e experiências que contribuirão para uma compreensão mais ampla dos desafios e das práticas da ES nessas instituições.

O Quadro 2 apresenta a composição do público a ser pesquisado, detalhando os cargos dos profissionais entrevistados nas instituições EMATER e CEASA.

Quadro 2 - Composição do público a ser pesquisado

Instituição	Alta Direção	Gerência Técnica	Entrevistado (Técnico/Especialista)
EMATER	Diretor-Presidente Diretor Financeiro	Gerentes Técnicos Estaduais	Técnico da Coordenadoria de Operações (Área de Planejamento)
CEASA	Diretor-Técnico	Diretor Técnico	Chefe da Divisão de Fomento à Agricultura Familiar Chefe da Divisão de Segurança Alimentar e Nutricional (Banco de Alimentos)

Fonte: A autora, 2025.

As entrevistas foram conduzidas após a fase de análise documental, permitindo que a pesquisadora aprofunde as questões discutidas, com base nas informações já levantadas.

3.3 Análise dos dados

A análise dos dados foi conduzida com base na técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), a qual é estruturada em três etapas fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Esse processo permitiu uma organização detalhada dos dados coletados, tanto nos documentos quanto nas entrevistas realizadas.

A análise seguiu três etapas principais, conforme Bardin (2016): pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Inicialmente, a leitura flutuante permitirá uma imersão no conteúdo coletado, facilitando a identificação de pontos-chave. Em seguida, os dados foram codificados e organizados com base em suas relações contextuais, buscando padrões e temas recorrentes. Por fim, a categorização das informações possibilitou a construção de categorias temáticas, fundamentais para a interpretação crítica e a discussão dos resultados.

3.3.1 Categorias de análise

A análise foi conduzida por meio de uma grade mista, combinando categorias definidas a priori, baseadas na literatura e nos objetivos da pesquisa, e categorias emergentes, identificadas a posteriori a partir do campo. Essa abordagem possibilitou uma estrutura inicial para interpretação dos dados, ao mesmo tempo em que permitiu a incorporação de elementos novos e relevantes que surgiram no decorrer da investigação.

As categorias iniciais definidas para a análise incluíram:

- **Conceitos e princípios da Economia Solidária:** Envolve a compreensão e a aplicação dos fundamentos e valores que orientam a prática da Economia Solidária, os quais se baseiam na cooperação, solidariedade e autonomia. A autogestão é um princípio central, caracterizando-se pela gestão coletiva e democrática das atividades produtivas pelos próprios trabalhadores, sem a figura tradicional do empregador. Além disso, a ação econômica, entendida como a realização de atividades produtivas, comerciais, financeiras e de consumo, é orientada por finalidades sociais e comunitárias, superando a lógica do lucro individual e priorizando o bem-estar coletivo.
- **Desafios e oportunidades para o pequeno produtor rural fluminense:** Examina as dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores rurais no estado do Rio de Janeiro, bem como as oportunidades de crescimento e melhoria das condições de trabalho dentro do contexto da Economia Solidária.

- Políticas públicas e institucionalização da Economia Solidária: Avalia o papel das políticas públicas na promoção e consolidação da Economia Solidária, incluindo o apoio institucional e os mecanismos legais que fortalecem suas práticas.
- Alinhamento com as ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável): Analisa a relação entre os princípios e práticas da Economia Solidária e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU.
- Atuação da EMATER e CEASA na promoção da Economia Solidária: Investiga o papel da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (EMATER) e dos Centros de Abastecimento (CEASA) no incentivo e na implementação de modelos de Economia Solidária, analisando suas estratégias e impactos para o fortalecimento da rede de pequenos produtores.

Essas categorias forneceram uma estrutura analítica para a investigação, permitindo a construção de uma análise detalhada e crítica dos dados, o que resultou em uma compreensão aprofundada sobre os aspectos que envolvem a Economia Solidária no contexto fluminense.

4 RESULTADOS E ANÁLISES

Esta seção apresenta os achados da pesquisa sobre a Economia Solidária (ES) como política pública de apoio ao pequeno produtor rural no estado do Rio de Janeiro, no período de 2005 a 2025. A análise foi conduzida de forma integrada, combinando informações do levantamento documental com as percepções de profissionais da EMATER-RIO e da CEASA-RJ. Essa abordagem metodológica unificada permitiu uma compreensão mais profunda da atuação das instituições e do impacto da ES, identificando a complementaridade estratégica entre as políticas públicas existentes e sua execução prática.

4.1 Conceitos e Princípios da Economia Solidária

A Economia Solidária (ES) baseia-se na cooperação, solidariedade e autonomia. Segundo Gaiger (2012), a ES é um conjunto de práticas coletivas que se contrapõem à lógica utilitarista e individualista do mercado, com o conceito de autogestão sendo central para a gestão democrática das atividades pelos próprios trabalhadores. Essa abordagem, que Gaiger (2009) aponta como uma forma de minimizar a exploração e eliminar a separação entre capital e trabalho, fomenta o pertencimento e a responsabilidade. As ações econômicas da ES são orientadas por objetivos sociais e comunitários, superando a lógica do lucro individual e priorizando o bem-estar coletivo.

Paul Singer (2002) afirma que a ES pode ser uma alternativa superior ao capitalismo, promovendo a igualdade e a solidariedade por meio da cooperação, sendo uma associação entre iguais em contraste com o contrato entre desiguais.

Nesse sentido, a ES é frequentemente discutida como uma alternativa ao modelo econômico tradicional, buscando responder às desigualdades estruturais do sistema capitalista e incorporando aspectos sociais, políticos e culturais em sua abordagem.

As falas dos entrevistados da EMATER-RIO e da CEASA-RJ transcendem a descrição de tarefas técnicas, posicionando o agente público como um articulador social, mediador e conscientizador para o desenvolvimento da ES. Essa abordagem se alinha à visão de Laville (2001) de que a ES não é um campo isolado, mas um espaço onde as lógicas do mercado, do Estado e da reciprocidade social se comunicam.

O extensionista da EMATER-RIO foi caracterizado por sua “percepção maior”, sua atuação na “área educativa” e sua capacidade de estabelecer “confiança” com as famílias. Essa dimensão relacional e pedagógica o transforma de um mero transmissor de conhecimento técnico em um agente de empoderamento, que busca compreender a realidade do agricultor para facilitar

a construção coletiva de soluções. A atuação da EMATER-RIO em políticas públicas para a agricultura familiar fluminense, com sua pedagogia da extensão rural, é um exemplo do papel do Estado na lógica redistributiva, que fortalece as iniciativas solidárias por meio de apoio público e programas de capacitação técnica que capacitam o produtor para a autogestão.

De forma semelhante, a equipe da CEASA-RJ que interage com os produtores no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) busca ir além da verificação técnica de qualidade, abordando a “questão da cidadania” e a importância de “participar de políticas sociais”. Essa abordagem visa transformar o ponto de recebimento em um espaço de diálogo e conscientização sobre o papel social do produtor e a relevância da qualidade dos alimentos para a coletividade. A atuação da CEASA-RJ em facilitar o acesso ao mercado para pequenos produtores, por meio de canais de comercialização como feiras e pontos de distribuição, alinha-se aos princípios da ES, que buscam integrar práticas produtivas que promovam a justiça social e a sustentabilidade. A CEASA-RJ atua como um elo fundamental, permitindo que os pequenos produtores, já organizados de forma autogestionária com o apoio da EMATER-RIO, tenham um canal de comercialização eficaz (Canchis, 2024).

A capacidade da EMATER-RIO de promover a "pedagogia da extensão rural", conforme descrito pelos entrevistados, é um reflexo prático do fomento à autogestão. Ao transformar o extensionista em um "agente de empoderamento", a instituição não apenas transmite conhecimento técnico, mas também capacita os agricultores a se tornarem gestores de seus próprios processos e empreendimentos. De forma complementar, a CEASA-RJ, ao valorizar a participação do produtor em políticas sociais, reforça essa lógica de protagonismo, essencial para que a autogestão se traduza em resultados econômicos e sociais concretos.

4.2 Desafios e Oportunidades para o Pequeno Produtor Rural Fluminense

Esta seção, baseada na análise documental, examina as políticas públicas e os marcos legislativos que fomentam a Economia Solidária e fortalecem a agricultura familiar no estado do Rio de Janeiro.

4.2.1 Avanços e Oportunidades

A pesquisa documental identificou diversos programas governamentais que apoiam a ES. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) destaca-se por facilitar o acesso ao crédito para pequenos agricultores, promovendo práticas associativas e a

gestão coletiva de recursos. Esse programa cria uma rede de suporte que fortalece a produção sustentável e o combate à fome. A articulação entre políticas públicas e a Economia Solidária é fundamental para a superação de barreiras estruturais do setor, conforme apontado por Cavalcante (2020).

Além do PRONAF, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) se destaca por promover a compra pública de produtos da agricultura familiar, fortalecendo os circuitos de comercialização solidária. A inovação social por trás do PAA reside na sua capacidade de criar novos canais que não se limitam à lógica de mercado tradicional. Em 2023, o PAA mobilizou mais de R\$ 2,4 milhões, beneficiando 408 agricultores familiares e adquirindo 635.339 kg de alimentos (EMATER-RIO, 2023).

No âmbito da alimentação escolar, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) incentiva a aquisição de alimentos da agricultura familiar e da ES, impactando positivamente a segurança alimentar e a saúde de crianças em escolas públicas.

No Rio de Janeiro, a CEASA-RJ tem atuado diretamente na operacionalização do PAA, especialmente por meio da modalidade "compra com doação simultânea". Esse arranjo inovador, onde os alimentos adquiridos são repassados a instituições socioassistenciais via o Programa Banco de Alimentos, representa uma estratégia logística e socialmente adaptativa. Essa atuação, além de buscar a redução da insegurança alimentar, proporciona uma fonte de renda e promove a inclusão econômica e social (CEASA-RJ, 2022, 2023a, 2023b, 2024), demonstrando uma lógica estatal de caráter redistributivo que busca fortalecer as iniciativas solidárias.

O entrevistado A da CEASA-RJ ressaltou como essa atuação contribui diretamente para a prática da autogestão: "A gente não atua só na comercialização. A gente orienta, a gente capacita, e isso faz com que o produtor se sinta parte do processo. Não é só vender, é tomar decisões, é se organizar, é ter autonomia." Essa fala demonstra a transformação do produtor de um simples fornecedor para um agente ativo, que decide e organiza seu próprio negócio em um modelo coletivo e solidário.

Ainda sobre a perspectiva do entrevistado A da CEASA-RJ, sua fala também ilustra como a articulação entre política pública realidade social local: "Criou-se esse programa porque aqui em torno da CEASA nós somos cercados de mais ou menos 14 comunidades. (...) Ao invés de jogar a mercadoria no lixo, orientamos os permissionários a doar para o Banco de Alimentos".

O levantamento revelou a existência de uma série de marcos legislativos importantes para consolidar a Economia Solidária como diretriz da política pública no estado. A Lei Federal nº 15.068 (2024), que estabelece a Política Nacional de Fomento à Economia Solidária, e a Lei nº 13.019/2014, que regulamenta as parcerias entre o Estado e as Organizações da Sociedade Civil,

representam avanços institucionais significativos. Essas leis promovem a organização de empreendimentos autônomos e cooperativos, oferecendo um ambiente propício para a comercialização de produtos e serviços de forma coletiva e justa, e conferem maior segurança jurídica para as iniciativas solidárias.

4.2.2 Desafios

Apesar dos avanços, os entrevistados apontaram desafios que precisam ser superados para que a Economia Solidária seja plenamente eficaz, especialmente em uma perspectiva de longo prazo. A falta de integração e, principalmente, a continuidade e a coordenação das políticas públicas federais, estaduais e municipais ainda representam obstáculos, dificultando a sustentabilidade e a execução dos programas. Além disso, destacam-se a escassez de pessoal na EMATER-RIO e os desafios logísticos da comercialização, que são gargalos para o setor.

O entrevistado F da EMATER-RIO afirmou: "A gente não consegue atender a demanda total da população fluminense... temos capacidade, mas não temos quantidade de pessoas."

Já o entrevistado B da CEASA-RJ, ao destacar os desafios logísticos da comercialização, reforçou que: "Então produção nós temos, o produtor está lá, ele planta, colhe, mas na comercialização a gente observa que é um grande gargalo. É um gargalo devido à logística, então a gente já tenta buscar também, trabalhar dentro desse gargalo para facilitar."

O entrevistado C da CEASA-RJ ressaltou a dificuldade de participação em programas governamentais para organizações que ainda não estão totalmente estruturadas. Isso cria um ciclo de instabilidade que se perpetua no tempo, já que o apoio contínuo para o desenvolvimento dessas iniciativas não é garantido: "A gente consegue atender uma instituição que ainda não está estruturada 100%, mas sempre orientando. Você precisa estruturar, organizar, até para participar das políticas públicas que exigem."

Embora a presença de mulheres e jovens na Economia Solidária tenha aumentado, ainda existem dificuldades significativas em garantir a plena participação desses grupos. Para os entrevistados, a promoção de políticas afirmativas mais eficazes para a inclusão de gênero e a promoção de direitos das mulheres. Essa é uma demanda para a ampliação da ES, que busca o protagonismo de grupos historicamente marginalizados.

Outra dificuldade identificada é a capacidade de levar a extensão rural até as pessoas e a manutenção de jovens no campo. Embora a presença de mulheres e jovens na ES tenha aumentado, ainda existem desafios para garantir a plena participação desses grupos, demandando políticas

afirmativas mais eficazes. A fala de do entrevistado D da EMATER-RIO ilustra essa questão e até sugere uma solução prática para o problema:

"Uma grande dificuldade é levar a extensão rural até as pessoas. Para resolver isso e fazer com que os jovens permaneçam no campo, precisamos de novas formas de participação. Por exemplo, em algumas unidades na região serrana, os jovens podem participar dos lucros ou ter uma parte da terra para si, seja arrendando uma parcela ou trabalhando em um espaço específico dentro da propriedade do pai. Isso ajuda a mantê-los no negócio agrícola."

Os desafios identificados nas entrevistas, longe de representarem barreiras, funcionam como impulsionadores da inovação e evidenciam a urgência de uma articulação mais eficaz entre os diferentes setores do governo, aspecto considerado pela literatura como fundamental para o fortalecimento da ES (Laville, 2001; Gaiger, 2009). A proatividade da CEASA-RJ em fazer a "busca ativa" por pequenos volumes de produção em áreas remotas e o reconhecimento da EMATER-RIO sobre a urgência de inovar indicam uma capacidade adaptativa que pode ser potencializada pela articulação interinstitucional.

A escassez de pessoal na EMATER-RIO e a necessidade de modernização tecnológica e logística são outras barreiras estruturais e de investimento. O entrevistado B e C da CEASA-RJ destaca os desafios logísticos da comercialização, o que o texto também aponta como um gargalo:

"Nós temos a produção, o produtor está lá, planta e colhe, mas a comercialização é um grande gargalo. Isso acontece principalmente por conta da logística, e por isso estamos buscando soluções para facilitar esse processo. Na CEASA, por exemplo, os Mercados dos Produtores no Rio de Janeiro foram criados em pontos estratégicos para ajudar a logística do pequeno produtor."

"Muitas vezes, o agricultor não consegue vir até o Rio de Janeiro. Por isso, a gente valoriza quem faz essa ponte: aquele que vai até o campo, colhe a produção e traz direto para o mercado, sem demora. Esse papel é muito importante, e queremos que ele saiba a sua importância. Precisamos valorizar o pequeno agricultor familiar fluminense."

A proatividade da CEASA-RJ em realizar a "busca ativa" por pequenos volumes de produção em áreas remotas e o reconhecimento da EMATER-RIO sobre a urgência de inovar indicam uma capacidade adaptativa por parte das instituições. A superação dessas barreiras demanda uma visão integrada e ações coordenadas que transcendam as atribuições de uma única instituição. A literatura reforça que a educação e a capacitação no campo são essenciais para formar líderes comunitários e gestores de cooperativas, fortalecendo a autogestão e a sustentabilidade das práticas solidárias (Singer, 2002).

Os desafios identificados nas entrevistas, funcionam como impulsionadores da inovação e evidenciam a urgência de uma articulação mais eficaz entre os diferentes setores do governo. As barreiras estruturais, como a escassez de pessoal na EMATER-RIO, afetam diretamente a

capacidade de promover a capacitação necessária para o fortalecimento da autogestão. A literatura reforça que a educação e a capacitação no campo são essenciais para formar líderes comunitários e gestores de cooperativas, fortalecendo a autogestão e a sustentabilidade das práticas solidárias (Singer, 2002). Em vez de obstáculos, essas questões, bem como o desafio de comunicação interna e interinstitucional, apontam para a falha na integração das lógicas do mercado, do Estado e da reciprocidade social, que a literatura (Laville, 2001; Gaiger, 2009) considera essencial para a plena efetividade da ES. A superação desses obstáculos exige uma visão integrada e ações coordenadas que transcendam as atribuições de uma única instituição, garantindo que as políticas públicas cheguem de forma eficaz à ponta, fortalecendo a reciprocidade entre os produtores e sua inserção justa no mercado, o que, por sua vez, impacta a sustentabilidade e a permanência de jovens no campo a longo prazo.

4.3 Políticas Públicas e Atuação Institucional (EMATER e CEASA): Complementaridade Estratégica e Sinergia

Esta categoria avalia o papel das políticas públicas na promoção e consolidação da Economia Solidária, incluindo o apoio institucional e os mecanismos legais. A atuação de instituições como a EMATER-RIO e a CEASA-RJ é um exemplo concreto da lógica do Estado de caráter redistributivo que, por meio de apoio público e políticas governamentais, fortalece as iniciativas solidárias. A sinergia entre as instituições é fundamental para a efetividade da ES, que, segundo Laville (2001), não é um campo isolado, mas um espaço onde as lógicas do mercado, do Estado e da reciprocidade social se comunicam.

A sinergia entre a EMATER-RIO e a CEASA-RJ demonstra um modelo de apoio que vai além do assistencialismo, atuando na complexa articulação das lógicas do mercado, do Estado e da reciprocidade social. A EMATER-RIO, com sua pedagogia da extensão rural, capacita o agricultor para a autogestão, personificando a lógica da reciprocidade ao fomentar o capital social e a confiança mútua entre os produtores. Simultaneamente, a instituição opera dentro da lógica do Estado por meio de programas de capacitação. Já a CEASA-RJ exemplifica a articulação do Estado (na execução do PAA) com a lógica do mercado (ao abrir canais de comercialização), garantindo que a autogestão se concretize em resultados econômicos. Essa complementaridade estratégica entre as duas instituições fortalece as redes cooperativas existentes e amplia o protagonismo do pequeno produtor rural, confirmando os princípios de cooperação, solidariedade e autogestão, e validando a teoria de Laville na prática (Laville (2001).

A EMATER-RIO, com sua pedagogia da extensão rural, capacita o agricultor para a autogestão, personificando a lógica da reciprocidade ao fomentar o capital social e a confiança mútua entre os produtores. Já a CEASA-RJ exemplifica a articulação do Estado (na execução do PAA) com a lógica do mercado (ao abrir canais de comercialização), garantindo que a autogestão se concretize em resultados econômicos.

4.3.1 Avanços Legislativos

O levantamento revelou a existência de uma série de marcos legislativos importantes para consolidar a Economia Solidária como diretriz da política pública no estado. Dentre as legislações mais significativas, destaca-se a Lei Federal nº 15.068, sancionada em 23 de dezembro de 2024, que estabelece a Política Nacional de Fomento à Economia Solidária. Essa legislação vem como uma ferramenta estratégica para garantir o apoio institucional à ES e aos pequenos produtores rurais (Brasil, 2024). A Lei tem como principais diretrizes:

A lei busca promover a organização de empreendimentos autônomos e cooperativos, oferecendo um ambiente propício para a comercialização de produtos e serviços de forma coletiva e justa. A autogestão e a posse coletiva dos meios de produção são pilares da Economia Solidária e a legislação contribui para formalizar e proteger essas práticas.

Essa abordagem foca na inclusão social e produtiva de agricultores e cooperativas, de forma a garantir acesso a mercados, recursos e financiamento. Essa diretriz alinha-se à visão de autores como Singer (2002) e Cavalcante (2020), que destacam a Economia Solidária como uma alternativa para segmentos em exclusão social.

Para garantir a sustentabilidade a longo prazo desses empreendimentos, a lei prevê incentivos financeiros, oferta de cursos e treinamentos e o fortalecimento de redes de comercialização. O referencial teórico reforça que a capacitação técnica é essencial para que os agricultores compreendam e adotem práticas solidárias de forma mais eficiente. Além disso, a promoção de redes de troca e moedas sociais é citada por Mance (2007) como instrumentos de colaboração solidária.

Além disso, a Lei nº 13.019/2014, conhecida como o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, tem uma relevância no contexto federal, pois regulamenta as parcerias entre o Estado e organizações da sociedade civil, conferindo maior segurança jurídica para as iniciativas solidárias e ampliando seu impacto. Este marco legal proporciona uma estrutura de governança mais sólida, promovendo uma relação de transparência e responsabilidade entre os entes públicos e privados (Brasil, 2014).

Esses avanços legislativos representam marcos institucionais para o fortalecimento da Economia Solidária no Rio de Janeiro e no Brasil. As políticas públicas são ferramentas essenciais para promover a inclusão, a justiça social e o desenvolvimento sustentável.

As entrevistas expõem um paradoxo, a existência de um sólido arcabouço de políticas públicas coexiste com um significativo desconhecimento sobre sua execução e impacto, mesmo em esferas da própria gestão pública.

A EMATER-RIO personifica a institucionalização da agricultura familiar e da ES. A defesa do "ambiente para a produção" por seus "institucionistas" demonstra um compromisso com a base estrutural que sustenta a ES no estado. A EMATER-RIO desempenha um papel fundamental ao oferecer assistência técnica e apoio para que os agricultores se organizem em cooperativas ou associações.

A CEASA-RJ exemplifica a capacidade de implementação prática de políticas de ES ao executar programas federais como o PAA. No entanto, a revelação de que "muitas pessoas do Estado que estão envolvidas na gestão não conhecem, não sabem que a CEASA executa um programa desses" é um alerta sobre a falha na comunicação interna. Isso evidencia o desafio da articulação entre o setor público e as iniciativas solidárias, que a literatura aponta como um obstáculo a ser superado para a plena efetividade da ES.

As falas dos entrevistados B e C da CEASA-RJ demonstram a efetividade do PAA em promover a mudança cultural e econômica na agricultura familiar. "Aquele agricultor que chegou pra gente há 10 anos atrás e ele não sabia o que era a emissão de uma nota fiscal (...) Hoje já se organiza em associações e cooperativas para buscar outros canais de comercialização". Outra entrevistada ressalta o crescimento da confiança dos produtores: "No início havia certa desconfiança do agricultor: será que esse programa vai dar certo? Hoje não. Hoje já acredita, já se organiza muito melhor...". Essa consolidação do programa também impactou o alcance das políticas: "Hoje são 300 instituições cadastradas só para receber pelo PAA, e ao todo são 417 instituições atendidas em diferentes regiões do estado."

A efetividade da institucionalização não se limita à criação de leis e programas, mas ao reconhecimento de sua relevância por todos os atores da gestão pública e da sociedade. É imperativo implementar estratégias de comunicação e divulgação mais eficazes para validar o trabalho e fomentar a transversalidade da ES nas políticas públicas. O desconhecimento e a falta de coordenação entre as esferas do governo podem comprometer a sustentabilidade e o impacto a longo prazo das iniciativas, reforçando a necessidade de uma articulação interinstitucional que garanta a comunicação entre as lógicas do mercado, do Estado e da reciprocidade social, como propõe Laville (2001).

4.4 Alinhamento com as ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável)

Esta categoria analisa a relação entre os princípios e práticas da Economia Solidária e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU. É importante ressaltar que a ligação entre as falas dos entrevistados e os ODS foi uma interpretação da autora, visto que os participantes não os mencionaram explicitamente.

Conforme Gaiger (2009), a ES é, em si mesma, uma estratégia para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável, pois busca superar as desigualdades estruturais do sistema capitalista e incorporar aspectos sociais, políticos e culturais. Sua essência, enraizada na busca pela emancipação social, busca responder a essas desigualdades estruturais da organização econômica hegemônica (Cavalcante, 2020).

4.4.1 Alinhamento entre as ações e as ODS

A pesquisa documental demonstrou que as políticas e programas voltados para a ES no Rio de Janeiro se alinham diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A ES é sustentada por três pilares: autogestão, solidariedade e ação econômica (Singer, 2002). O conceito de autogestão promove o protagonismo dos trabalhadores; a solidariedade atua como um valor ético e social; e a ação econômica busca integrar práticas produtivas que promovam a justiça social e a sustentabilidade, gerando trabalho e renda especialmente para populações vulneráveis.

O Quadro 3 apresenta os principais documentos analisados e sua relação direta com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Quadro 3 – Documentos analisados e sua relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Continua)

Documento			Descrição	ODS relacionados
Lei Estadual	nº	8.351/2019	Institui a Política Estadual de Economia Solidária no Estado do Rio de Janeiro.	ODS 1, ODS 8, ODS 10
Decreto	nº	44.402/2013	Regulamenta o funcionamento do Fórum Estadual de Economia Solidária.	ODS 16, ODS 17
Lei Federal	nº	15.068/2024 (Lei Paul Singer)	Cria a Política Nacional de Fomento à Economia Solidária, com foco na inclusão produtiva e apoio a empreendimentos.	ODS 1, ODS 8, ODS 10

Quadro 3 – Documentos analisados e sua relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) Continuação

Documento	Descrição	ODS relacionados
Lei Federal nº 13.019/2014	Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, estabelece regras para parcerias com o Estado.	ODS 16, ODS 17
Plano Estadual de Economia Solidária (2012–2015)	Documento de planejamento com metas e diretrizes para o fortalecimento da economia solidária no estado.	ODS 8, ODS 12
Edital FAPERJ – Apoio a Empreendimentos Solidários (2016)	Chamada pública para financiamento de iniciativas produtivas solidárias e cooperativas.	ODS 5, ODS 9, ODS 10
Relatório da SEDSERI – Monitoramento das Ações em ES (2020)	Documento institucional que avalia os resultados das ações em economia solidária realizadas no estado.	ODS 2, ODS 11
Relatório Final – Programa Rio Rural Sustentável (2023)	Documento que apresenta resultados de ações integradas entre desenvolvimento rural e economia solidária.	ODS 1, ODS 13, ODS 15
Relatório de Atividades da EMATER-RIO (2023)	Descreve atendimentos técnicos, assistência à agricultura familiar e ações de cidadania rural.	ODS 1, ODS 2, ODS 5, ODS 8, ODS 13
Relatórios de Gestão da CEASA-RJ (2022 a 2024)	Informações sobre programas de aquisição de alimentos e apoio à agricultura urbana e hortas comunitárias.	ODS 2, ODS 11, ODS 12, ODS 17
Acordo de Cooperação Técnica CEASA-RJ e EMATER-RIO (2023)	Formaliza a parceria entre as instituições para o apoio às hortas urbanas em comunidades do entorno.	ODS 2, ODS 11, ODS 17

Fonte: A autora, 2025.

O Quadro 3 mostra que a legislação e os programas governamentais se conectam a ODS como a ODS 1 (Erradicação da Pobreza), ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) e ODS 10 (Redução das Desigualdades).

A Economia Solidária (ES) pode ser compreendida como uma inovação social, que se manifesta por meio de soluções criativas para problemas sociais, buscando superar as desigualdades estruturais e promover o desenvolvimento rural sustentável (Sousa; Jesus; Grise, 2022). Essa abordagem se alinha diretamente com o ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), que no Brasil é reconhecido e fomentado por instituições como o IPEA (IPEA, 2019), com base

em diretrizes como as do Manual de Oslo de 2018 (OCDE/Eurostat, 2018). Este manual, em sua edição mais recente, amplia o conceito de inovação para além do escopo puramente tecnológico, englobando também o desenvolvimento social e econômico. A atuação do governo, por meio de iniciativas de fomento como o Edital FAPERJ para Empreendimentos Solidários, exemplifica como o poder público pode trabalhar com inovação para gerar economia, melhorar processos e aumentar a renda da população. Essa busca por novas soluções reflete o crescimento exponencial de laboratórios de inovação na área pública, que visam à melhoria dos serviços e à entrega de valor público. Para isso, são utilizadas metodologias de redes de inovação, que, embora ainda escassas, são essenciais para atingir as metas do ODS 9, pois quebram paradigmas e constroem a confiança necessária para a colaboração e a co-criação de soluções mais justas e sustentáveis (Jusbrasil, 2019).

A análise dos relatórios institucionais, especialmente o Relatório de Atividades 2023 da EMATER-RIO, revelou ações estratégicas para apoiar a agricultura familiar e a economia solidária. Entre os principais pontos estão:

Em 2023, a EMATER-RIO realizou 124.717 atendimentos a 36.621 beneficiários, com foco na inclusão produtiva e no desenvolvimento de práticas agrícolas sustentáveis. A ação da EMATER-RIO está diretamente ligada ao ODS 1 (Erradicação da Pobreza) e ao ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima), ao incentivar práticas que respeitam o meio ambiente e contribuem para a geração de trabalho e renda no campo. Essa atuação se alinha à Lógica do Estado de caráter redistributivo, que, por meio de apoio público e programas de capacitação técnica, fortalece as iniciativas solidárias (Laville, 2001).

Mais de 20 mil atendimentos foram realizados para a formalização de documentos, o que ampliou o acesso dos produtores rurais a benefícios sociais e a políticas públicas. Isso promove a inclusão social de agricultores de áreas remotas e está alinhado com o ODS 5 (Igualdade de Gênero) e o ODS 10 (Redução das Desigualdades), pois facilita o acesso de grupos vulneráveis aos seus direitos.

A EMATER-RIO tem promovido a participação de produtores em feiras de agricultura familiar, com apoio direto a 574 beneficiários, gerando uma média de R\$ 9,8 milhões em renda anual. Esse tipo de ação é essencial para fortalecer os circuitos curtos de comercialização, o que contribui para a segurança alimentar e nutricional, bem como para a geração de emprego e renda (ODS 2 e ODS 8).

As ações da EMATER-RIO têm se alinhado aos ODS, com o foco na agroecologia, na inclusão de jovens e mulheres no desenvolvimento rural e na sucessão familiar no campo. Esse trabalho corrobora para o fortalecimento de um modelo de produção agrícola mais sustentável e

inclusivo. A promoção da agroecologia e das práticas solidárias estimula sistemas de produção de alimentos mais resilientes e sustentáveis, contribuindo para a fome zero e a agricultura sustentável (ODS 2). A inclusão de mulheres no desenvolvimento rural e sua participação equitativa em iniciativas de Economia Solidária fortalecem seu papel na agricultura e promovem a equidade, alinhando-se à igualdade de gênero (ODS 5). Por fim, as práticas agroecológicas e solidárias frequentemente resultam em menor emissão de gases de efeito estufa e maior capacidade de adaptação às mudanças climáticas, tornando os sistemas agrícolas mais resilientes e contribuindo para a ação contra a mudança global do clima (ODS 13).

As ações da EMATER-RIO impactam diretamente a erradicação da pobreza (ODS 1), pois, através de práticas solidárias, a EMATER-RIO ajuda a criar alternativas econômicas que podem retirar comunidades da pobreza, incentivando a autogestão e uma distribuição mais justa dos recursos. Além disso, a promoção da agroecologia e das práticas solidárias estimula sistemas de produção de alimentos mais resilientes e sustentáveis, contribuindo para a fome zero e a agricultura sustentável (ODS 2). A inclusão de mulheres no desenvolvimento rural e sua participação equitativa em iniciativas de Economia Solidária fortalecem seu papel na agricultura e promovem a equidade, alinhando-se à igualdade de gênero (ODS 5). Por fim, as práticas agroecológicas e solidárias frequentemente resultam em menor emissão de gases de efeito estufa e maior capacidade de adaptação às mudanças climáticas, tornando os sistemas agrícolas mais resilientes e contribuindo para a ação contra a mudança global do clima (ODS 13).

Um dos destaques do Relatório de Gestão 2023 da CEASA-RJ foi a parceria estabelecida com a EMATER-RIO, com a intenção de firmar um acordo de cooperação técnica voltado para apoiar projetos de Hortas Urbanas em comunidades vizinhas à CEASA de Irajá, localizada na Zona Norte do Rio de Janeiro. Em uma reunião realizada no dia 20 de março de 2023, a presidente da CEASA/RJ, Bianca de Carvalho, enfatizou a importância dessa colaboração para o fortalecimento da agricultura urbana na região (CEASA-RJ, 2023a; CEASA-RJ, 2023b; CEASA-RJ, 2024). A parceria demonstra a articulação interinstitucional que é considerada essencial para a consolidação da ES (Laville, 2001; Gaiger, 2009).

O Quadro 4, a seguir, apresenta as ações complementares realizadas no âmbito da parceria CEASA-RJ e EMATER-RIO voltadas ao fortalecimento das hortas urbanas, evidenciando sua conexão com diferentes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Quadro 4 - Ações da Parceria CEASA-RJ e EMATER-RIO para Hortas Urbanas e sua Conexão com os ODS

Ação Específica	O que é / Objetivo da Ação	Conexão com os ODS
Parceria CEASA-RJ e EMATER-RIO para Hortas Urbanas	Estabelecimento de uma colaboração entre as instituições para apoiar e desenvolver projetos de agricultura urbana, inicialmente focada em comunidades vizinhas à CEASA de Irajá, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Visa fortalecer a produção local de alimentos, promover a segurança alimentar e o uso sustentável de espaços.	ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável: Promove a produção de alimentos frescos e saudáveis em áreas urbanas, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional. ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis: Incentiva o desenvolvimento de espaços verdes e resilientes, melhorando a qualidade de vida nas cidades. ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação: Valoriza a cooperação entre instituições públicas e comunitárias para o alcance dos ODS.
Firmação de Acordo de Cooperação Técnica	Formalização da parceria entre CEASA-RJ e EMATER-RIO, estabelecendo as bases e os termos para o desenvolvimento conjunto dos projetos de Hortas Urbanas.	ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação: Fortalece o compromisso institucional e facilita a implementação eficaz das ações.
Reunião de 20 de março de 2023 com a Presidente Bianca de Carvalho	Encontro inicial entre as lideranças das instituições para discutir e enfatizar a importância da colaboração para o fortalecimento da agricultura urbana na região. A participação da presidente da CEASA/RJ, Bianca de Carvalho, demonstra o engajamento de alto nível na iniciativa.	ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação: Demonstra liderança estratégica e articulação institucional. ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis: Contribui para o planejamento de territórios urbanos mais verdes, autossuficientes e inclusivos.

Fonte: A autora, 2025.

O Quadro 4 complementa a visão estratégica da parceria entre a CEASA-RJ e a EMATER-RIO ao detalhar ações práticas e operacionais que fortalecem o desenvolvimento das hortas urbanas nas comunidades atendidas. Iniciativas como capacitações técnicas, assistência contínua, distribuição de insumos e atividades de educação ambiental mostram o compromisso com a promoção de práticas agrícolas sustentáveis e com o empoderamento das populações locais. Essas ações ampliam o impacto social, econômico e ambiental do projeto, conectando-se diretamente

aos ODS 1 (Erradicação da Pobreza), ODS 2 (Fome Zero), ODS 4 (Educação de Qualidade), ODS 10 (Redução das Desigualdades), ODS 11 (Cidades Sustentáveis), ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis) e ODS 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima). Assim, a atuação conjunta das instituições não apenas amplia o alcance das hortas urbanas, mas também contribui de forma efetiva para o avanço da Agenda 2030 no contexto urbano do Rio de Janeiro.

A parceria com a EMATER-RIO tem como objetivo a inclusão social e a sustentabilidade, incentivando a produção agrícola comunitária de alimentos frescos e saudáveis nas áreas urbanas. Ao apoiar hortas urbanas, a CEASA/RJ busca não apenas aumentar a disponibilidade de alimentos para as comunidades locais, mas também promover a educação ambiental e a autossuficiência alimentar, contribuindo para o protagonismo dos trabalhadores na administração de suas atividades produtivas e reforçando a autonomia. Essa ação está alinhada com os ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), ao promover o desenvolvimento sustentável nas áreas urbanas, e com o ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), ao contribuir para a segurança alimentar nas comunidades. A CEASA/RJ se comprometeu a apoiar as iniciativas locais de horticultura, com foco na agricultura comunitária e na construção de uma sociedade mais sustentável, garantindo, assim, uma rede de produção alimentar local, resiliente e colaborativa. Essa ação está alinhada com os ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), ao promover o desenvolvimento sustentável nas áreas urbanas, e com o ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), ao contribuir para a segurança alimentar nas comunidades. A CEASA/RJ se comprometeu a apoiar as iniciativas locais de horticultura, com foco na agricultura comunitária e na construção de uma sociedade mais sustentável, garantindo, assim, uma rede de produção alimentar local, resiliente e colaborativa.

4.5 Atuação da EMATER e CEASA na Promoção da Economia Solidária

Esta seção investigou o papel da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (EMATER-RIO) e dos Centros de Abastecimento (CEASA-RJ) na promoção da Economia Solidária. A atuação de ambas as instituições exemplifica a "Lógica do Estado, de caráter redistributivo" de acordo com Laville (2001), que se manifesta através do apoio público e políticas governamentais que fortalecem iniciativas solidárias.

4.5.1 Atuação Institucional

As entrevistas indicaram que a EMATER-RIO e a CEASA-RJ, apesar de terem mandatos e naturezas de atuação distintas, operam de forma complementar para fortalecer a Economia Solidária (ES) e apoiar a agricultura familiar no estado do Rio de Janeiro.

A EMATER-RIO oferece assistência técnica e apoia a implementação de práticas sustentáveis, auxiliando os agricultores a adotarem técnicas agroecológicas, melhorarem a produtividade e a se organizarem em cooperativas ou associações. Por outro lado, a CEASA-RJ facilita o acesso ao mercado por meio de canais de comercialização, como feiras de produtores e pontos de distribuição que priorizam a agricultura familiar e o comércio justo. Ambas as instituições desempenham papéis fundamentais na execução de políticas públicas voltadas aos pequenos agricultores.

A efetividade da ES no Rio de Janeiro depende da colaboração e coordenação entre as duas instituições. A capacitação e a organização da base produtiva pela EMATER-RIO capacitam os agricultores a acessar os canais de mercado e programas operados pela CEASA-RJ. A garantia de mercado proporcionada pela CEASA-RJ incentiva a permanência no campo e o engajamento em práticas solidárias, reforçando os esforços da EMATER-RIO.

As entrevistas não detalham mecanismos formais de coordenação, sugerindo que a sinergia opera, muitas vezes, em nível informal. Essa complementaridade estratégica entre as lógicas do Estado e do mercado, articuladas em favor da ES, é um ponto crucial para a consolidação do movimento, como defendem Gaiger (2009) e Laville (2001). O fato de a sinergia ocorrer em nível informal demonstra a força das redes de colaboração e dos princípios de reciprocidade e apoio mútuo, que são a base da solidariedade segundo Mance (2007).

4.6 Ações educativas para o fomento da Economia Solidária para o Pequeno Produtor Rural Fluminense

O conceito de Economia Solidária no Brasil, por ser um campo em amadurecimento, requer ações educativas que possam aprimorar sua implementação e contribuir para a política pública do estado do Rio de Janeiro. Com esse intuito, sugerem-se algumas ações de caráter educativo para fortalecer a agricultura familiar e promover a transformação social e o desenvolvimento sustentável para o pequeno produtor rural fluminense, conforme apresentado no Quadro 5.

Quadro 5 - Ações educativas para o fomento da Economia Solidária entre pequenos produtores rurais fluminenses

Ação Educativa	Descrição
Capacitação em Gestão Coletiva	Oferecer cursos e workshops sobre gestão coletiva, cooperativismo e associativismo, utilizando os princípios da economia solidária, para capacitar os produtores a organizar seus empreendimentos de forma autogestionária e democrática.
Acesso a Políticas Públicas e Legislação	Desenvolver materiais educativos que informem os produtores sobre as políticas públicas existentes e a legislação pertinente à economia solidária e à agricultura familiar, visando garantir que possam acessar recursos, financiamentos e programas de apoio de forma mais eficaz.
Educação para o Consumo Consciente e Vendas Diretas	Promover ações que eduquem os produtores sobre a importância da relação direta com o consumidor, o valor de seus produtos e como se inserir em circuitos curtos de comercialização (feiras, cestas orgânicas etc.), baseados nos princípios de preço justo e solidariedade.
Troca de Experiências e Criação de Redes	Incentivar e apoiar encontros entre os produtores rurais fluminenses, permitindo a troca de experiências, o compartilhamento de conhecimentos e a formação de redes de cooperação e solidariedade, fortalecendo o senso de comunidade e o apoio mútuo.
Conscientização sobre a Relação com o Meio Ambiente	Abordar a relação entre a economia solidária e o desenvolvimento sustentável, educando sobre práticas agrícolas que respeitem o meio ambiente, como a agroecologia.
Fortalecimento da Ação de Agentes Governamentais (EMATER-RIO e CEASA-RIO)	Propor a capacitação de agentes de instituições como a EMATER-RIO e a CEASA-RIO para que atuem como extensionistas educativos, levando os princípios da economia solidária de forma prática e compreensível aos pequenos produtores.

Fonte: A autora, 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais desta dissertação consolidam a Economia Solidária (ES) não apenas como uma alternativa, mas como um modelo imperativo de transformação social e econômica para a agricultura familiar fluminense. A pesquisa, ao buscar compreender a contribuição da ES para as políticas públicas do estado do Rio de Janeiro visando essa transformação, utilizou uma abordagem metodológica qualitativa, exploratória e descritiva, pautada na pesquisa documental e em entrevistas em profundidade com profissionais estratégicos da EMATER-RIO e da CEASA-RJ.

Os resultados da investigação confirmam que a Economia Solidária emerge como uma resposta robusta e necessária às crises econômicas cíclicas e à persistente exclusão social no Brasil. Longe de ser uma mera tendência, a ES se estabelece como um modelo de desenvolvimento alternativo, internacionalmente reconhecido, que promove o trabalho digno, a geração de renda e a melhoria da qualidade de vida por meio da cooperação e da gestão compartilhada, conforme defendido por autores como Paul Singer (2002). No contexto da agricultura familiar, um setor vital para a segurança alimentar e o desenvolvimento rural, mas frequentemente exposto a vulnerabilidades econômicas e sociais, a ES oferece um caminho para o empoderamento. Ela instiga práticas de autogestão e fortalece laços cooperativos e sustentáveis, alinhando-se intrinsecamente aos princípios e metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, especialmente no que tange à erradicação da pobreza (ODS 1), fome zero e agricultura sustentável (ODS 2), e promoção do trabalho decente e crescimento econômico (ODS 8).

A análise aprofundada da atuação da EMATER-RIO e da CEASA-RJ revelou uma complementaridade estratégica fundamental para o fomento da ES e para o suporte à agricultura familiar no estado do Rio de Janeiro. A EMATER-RIO, com sua expertise em assistência técnica e extensão rural, desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de capacidades técnicas, organizacionais e humanas, capacitando os produtores para a autogestão e para a adoção de práticas mais eficientes e sustentáveis. Essa atuação se alinha com a "Lógica do Estado, de caráter redistributivo" (Laville, 2001), que se manifesta por meio do apoio público e de programas de capacitação técnica. Por sua vez, a CEASA-RJ atua como um elo vital entre a produção e o mercado, facilitando o escoamento dos produtos da agricultura familiar e implementando políticas públicas de grande impacto, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A sinergia entre as duas instituições é essencial para a criação de um ecossistema favorável ao fortalecimento do

pequeno produtor rural e à consolidação de redes cooperativas que aumentam a resiliência e a competitividade do setor, exemplificando a "hibridação" da economia solidária (Laville, 2001).

No entanto, a pesquisa também iluminou desafios significativos que necessitam de atenção prioritária. Dificuldades logísticas, a premente necessidade de modernização tecnológica e a escassez de pessoal qualificado nas instituições públicas são obstáculos que, embora representem entraves, também se configuram como potentes catalisadores para a inovação e para a urgente necessidade de uma articulação intersetorial mais eficaz por parte do governo. A superação dessas barreiras exige uma visão sistêmica e ações coordenadas que transcendam as atribuições isoladas de uma única instituição, promovendo um diálogo contínuo entre produtores, gestores públicos e consumidores. O investimento em infraestrutura, a democratização do acesso a tecnologias e a capacitação continuada de recursos humanos são essenciais para garantir não apenas a sustentabilidade da ES, mas também para assegurar a permanência das novas gerações no campo, combatendo o êxodo rural e perpetuando o conhecimento e as práticas agrícolas, como apontado por Gaiger (2009).

Essa pesquisa traz contribuições tanto no campo das políticas públicas quanto no âmbito social e econômico. A seguir, destacam-se os principais pontos:

- Oferece subsídios para políticas públicas mais eficazes no apoio aos pequenos produtores rurais do Rio de Janeiro, com destaque para o fortalecimento de instituições como EMATER-RIO e CEASA-RJ.
- Aponta diretrizes que potencializam a implementação da Economia Solidária, sobretudo por meio de ações educativas.
- Reforça o papel da agricultura familiar na redução de desigualdades socioeconômicas e no estímulo à inclusão produtiva e ao desenvolvimento sustentável.
- Valoriza a organização coletiva em cooperativas e associações, contribuindo para a descentralização econômica, a valorização do trabalho e melhores condições de vida no campo.
- Demonstra, com o exemplo das feiras de agricultura familiar, como a ES fortalece circuitos curtos de comercialização, amplia a segurança alimentar e nutricional e favorece a geração de emprego e renda, alinhando-se aos ODS 2 e 8.

No desfecho, esta dissertação reitera que a integração virtuosa entre a Economia Solidária e a agricultura familiar transcende a esfera econômica, promovendo a justiça social e um desenvolvimento que é verdadeiramente sustentável. Esse paradigma emerge como um modelo capaz de construir uma economia mais justa, resiliente, inclusiva e equitativa para a sociedade

brasileira, ao mesmo tempo em que fortalece as bases da segurança alimentar e da soberania do país.

Com base nos resultados e discussões apresentadas, sugere-se para futuras pesquisas a avaliação empírica de políticas públicas, com o objetivo de realizar estudos para avaliar o impacto real das políticas implementadas e baseadas na Economia Solidária na vida dos agricultores familiares. Além disso, é importante o estudo de novas tecnologias sociais para investigar e analisar a aplicação delas no contexto da agricultura familiar e da Economia Solidária, como a digitalização das feiras e a adoção de novas tecnologias para aprimorar a gestão das cooperativas. Por fim, sugere-se uma análise comparativa para conduzir estudos entre a experiência da Economia Solidária e da agricultura familiar no estado do Rio de Janeiro e em outras regiões do Brasil ou até mesmo em nível internacional.

REFERÊNCIAS

ANTONIO, G. J. Y.; ASSIS, R. L. DE. Agricultura familiar em Nova Friburgo: caracterização da gestão social e promoção da transição agroecológica. **Interações**, v. 25, n. 2, 2024. <https://doi.org/10.20435/inter.v25i2.3877>. Acesso em: 27 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Institui o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 31 jul. 2014.

BRASIL. Lei nº 15.068, de 23 de dezembro de 2024. Estabelece a Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado do Rio de Janeiro. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 23 dez. 2024.

CANCHIS, L. W. M. Llapanchikmi mikunchik: Una aproximación a los sistemas alimentarios desde la agroecología y la economía social y solidaria en el Cusco. **Otra Economía**, 17(31), 67-86, 2024.

CAVALCANTE, Ana Raquel Araujo. **A economia solidária como alternativa produtiva para o atual modelo econômico**. São Paulo: Editora Dialética, 2020. 172 p.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Ceasa/RJ abre Chamada Pública para compra de alimentos da agricultura familiar**. 2023a. Disponível em: <https://www.rj.gov.br/ceasa/node/346>. Acesso em: 27 abr. 2025.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**. Disponível em: https://www.rj.gov.br/ceasa/sites/default/files/arquivos_paginas/Relat%C3%B3rio%20completo%202023.pdf. 2024. Acesso em: 27 abr. 2025.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Relatório de Gestão 2023**. 2023b. Disponível em: https://www.rj.gov.br/ceasa/sites/default/files/arquivos_paginas/Relat%C3%B3rio%20de%20gest%C3%A3o%202023%20%282%29_compressed_0.pdf. Acesso em: 27 abr. 2025.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Relatórios do Banco de Alimentos 2022**. 1º Trimestre. Disponível em: https://www.rj.gov.br/ceasa/sites/default/files/arquivos_paginas/RELATORIO%20BANCO%201%20TRIMESTRE-1.pdf. Acesso em: 27 abr. 2025.

CHIARIELLO, Caio Luis. A trajetória da SENAES em prosa e números: consolidação e réquiem de uma agenda pública para a economia solidária. **Org & Demo**, v. 21, n. 2, p. 97-116, 2020.

CHRISTMANN, L. L.; MARCHI, M. L. H.; MORATELLI, B. I. Agricultura familiar e reforma agrária como instrumentos para a preservação do meio ambiente e a garantia do acesso à terra no Brasil. **Revista Direito, Economia e Globalização**, v. 5, n. 1, 2025. DOI: 10.56191/reg.v5i1.233.

CRUZ, J. de J.; LIMA, J. R. de O.; CAMPOS, L. K. C. Agricultura familiar: a feira agroecológica como base para o empoderamento feminino. **Cadernos Macambira**, v. 5, n. 2, p. 126-131, 2021. Recuperado de: <https://revista.lapprudes.net/CM/article/view/550>. Acesso em: 15 jun. 2025.

DE ARCANJO, Maria Antonia Silva; DE OLIVEIRA, Ana Luíza Matos. A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária: avanços e retrocessos. **Perseu: História, Memória e Política**, n. 13, 2017.

DE OLIVEIRA, Ana Luíza Matos; DE ABREU, Sergio Arcas. Contribuições teóricas e práticas da economia feminista à economia solidária. **CODAS**, p. 25-40, 2020.

DE SOUZA, Paulo Marcelo; PICANÇO, Angélica Brito. Agricultura familiar e associativismo: obstáculos e avanços na experiência das associações de agricultores de Itaperuna–RJ. **COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 20, n. 4, out./dez., p. 215-237, 2023.

DOS SANTOS, Aloysio Vilarino. O papel das agências reguladoras na ordem econômica e social. **Revista da Faculdade de Direito**, p. 9-27, 2002.

EMATER-RIO. **Relatório de atividades 2023**. Rio de Janeiro: EMATER-Rio, 2024. Disponível em:

https://www.rj.gov.br/emater/sites/default/files/arquivos_pagina/Relat%C3%B3rio%20de%20Atividades%202023%20comp.pdf. Acesso em: 28 abr. 2025.

FERRARINI, A. V.; GAIGER, L. I.; SCHIOCHET, V. O estado da arte e a agenda de pesquisa em economia solidária no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, n. 12, p. 157-180, 2018.

FILHO, G. C. F. de. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. **Sociedade e Estado**, v. 16, n. 1-2, p. 245-275, dez. 2001.

GAIGER, L. I. G. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 84, p. 81-99, mar. 2009.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, p. 211-228, 2013.

GAIGER, Luiz Inácio. Por um olhar inverso: prismas e questões de pesquisa sobre a Economia Solidária. **Sociedade e Estado**, v. 27, n. 2, p. 313–335, 2012.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX**. Local: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO PAUL SINGER; FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL. **Desenvolvimento territorial nas periferias das grandes cidades: Nova economia e desenvolvimento territorial, economia solidária, agricultura urbana e educação transformadora**. 2024. Disponível em: https://institutopaulsinger.org.br/wp-content/uploads/2024/11/Desenvolvimento-Territorial-Solidario_relatorio.pdf. Acesso em: 07 fev. 2025.

IPEA. **Indústria, Inovação e Infraestrutura**. 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods9.html#:~:text=Desenvolver%20infraestrutura%20de%20qualidade%2C%20confi%C3%A1vel%2C%20sustent%C3%A1vel%20e%20resiliente%2C,acesso%20equitativo%20e%20a%20pre%C3%A7os%20acess%C3%ADveis%20para%20todos>. Acesso em: 11 set. 2025.

JUSBRASIL. **Inovação e Tecnologia: Desafios à Igualdade Social (ONU, ODS 9)**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/inovacao-e-tecnologia-desafios-a-igualdade-social->

onu-ods-9/760093929?msockid=2575ed306bd568e13123fb0e6a9f69ab#endnote-1. Acesso em: 11 set. 2025.

JUSTO, M.; SCHIAVINATTO, M. Bem viver e economia solidária: aproximações para o desenvolvimento solidário e sustentável. **P2P e Inovação**, v. 9, p. 81-96, 2023.

KRAYCHETE, Gabriel. Dez anos de Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). **Mercado e Trabalho**, v. 56, p. 90-93, 2014.

KREBS, Josiane Roberta; FISCHER, Maria Clara Bueno. ORGANIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL. **Publica-IFRS: Boletim de Pesquisa e Inovação**, v. 2, n. 1, p. 2-11, 2024.

LAVILLE, Jean-Louis. Economia solidária, a perspectiva europeia. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 16, n. 1-2, p. 57-99, dez. 2001.

LAVILLE, Jean-Louis. A economia solidária: um movimento internacional. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 84, p. 7-47, mar. 2009.

LAVILLE, J.-L. Economia solidária, a perspectiva europeia. **Sociedade e Estado**, v. 16, n. 1-2, p. 57-99, 2001. DOI: 10.1590/s0102-69922001000100004. Acesso em: 13 jul. 2025.

LAVILLE, Jean-Louis. The social and solidarity economy: A theoretical and plural framework. *In* DEFOURNY, Jacques; HULGÅRD, Lars; PESTOFF, Victor (ed.). **Social Enterprise and the Third Sector**. Local: Routledge, 2014. p. 102-113.

LAVILLE, Jean-Louis; SILVA JUNIOR, Jeová Torres. The solidarity economy beyond the issue of labor. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 22, p. e2023-0029, 2024.

LECHAT, N. M. P. Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata? **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, 2002.

LOPES, M. C. DE A.; COSTELLA, I.; SIGNOR, A.; FEIDEN, A.; AHLERT, A. Entre o “Agro pop” e a agricultura familiar: um breve retrato do cenário agroalimentar brasileiro. **Grifos**, v. 33, n. 61, 2024. DOI: 10.22295/grifos.v31i61.7169. Acesso em: 27 jun. 2025.

MANCE, Euclides André. Redes solidárias de colaboração. **Revista Vinculando**, v. 5, n. 2, 2007. Disponível em: https://vinculando.org/economia_solidaria/redes_solidarias_de_colaboracao.html. Acesso em: 20 mai. 2025.

MAIA, J. Farias; NASCIMENTO, Shirley Grazieli da Silva; HANKE, Daniel. Desafios logísticos na produção agrícola familiar em Dom Pedrito – RS, Brasil: um estudo de casos múltiplos. **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, v. 5, n. 2, p. 178–198, 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa/pesquisa bibliográfica/teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso**. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTÍNEZ, E. et al. Cáritas y el trabajo común organizado en el desarrollo rural desde el enfoque de economía solidaria. **Alteridades**, v. 22, n. 43, 2012.

MAZARO, Lisabelle Manente; MATSUKURA, Thelma Simões; LUSSI, Isabela Aparecida de Oliveira. Economia solidária como estratégia de inclusão social pelo trabalho no campo da saúde mental: panorama nacional. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 28, p. 127-146, 2020.

MOLINA, Wagner de Souza Leite et al. A Economia Solidária no Brasil frente ao contexto de crise COVID-19: trajetória, crise e resistência nos territórios. **Otra Economía**, v. 13, n. 24, p. 170-189, 2020.

MUNALDI, A. V.; DE MORAIS, M. M.; BARROS, M. L. C.; NEY, V. S. P. Agricultura familiar e reforma agrária no meio rural fluminense. In: CONGRESSO FLUMINENSE DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 13; Congresso Fluminense de Pós-Graduação, 6, 2021, Campos dos Goytacazes. **Anais eletrônicos**. Galoá, 2021. Disponível em: <https://proceedings.science/confict-conpg/confict-conpg-2021/trabalhos/agricultura-familiar-e-reforma-agraria-no-meio-rural-fluminense?lang=pt-br>. Acesso em: 15 ago. 2025.

NETO, Nelson Soares da Silva; CHEPP, Vanessa Cecin. **Capítulo IV. O cooperativismo e a economia solidária: uma alternativa para combater o envelhecimento do produtor rural por meio de geração de renda**. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/estadodir14>. Acesso em: 20 jun. 2025.

OECD/Eurostat. **Oslo Manual 2018: Guidelines for Collecting, Reporting and Using Data on Innovation**. 4. ed. Paris: OECD Publishing, 2018. DOI: 10.1787/9789264304604-en. Acesso em: 12 jul. 2025.

OLIVEIRA, Cinara et al. Agricultura de base agroecológica: um estudo de caso sobre estratégias de produção sustentável no município de Macaé-RJ. **Cadernos de Agroecologia**, v. 19, n. 1, 2024.

OLIVEIRA, Leandro Bertolazo de. **Economia Solidária e SENAES: De alternativa ao desemprego à superação do capitalismo?** 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Econômicas) - Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2013.

PASTORE, R. Crisis alimentaria y circuitos socioeconômicos de la economía popular, social y solidaria. **Otra Economía**, v. 15, n. 28, p. 146-165, 2022.

PIMENTEL, E. S.; SUASSUNA, C. M. Feira Nordestina da Agricultura Familiar e Economia Solidária: relato de uma experiência exitosa de comunicação com base na gestão integrada. **Cadernos de Agroecologia**, Rio de Janeiro, RJ / CBA - Arte, Cultura, Comunicação Popular e Agroecologia, v. 19, n. 1, 2024. Anais do XII Congresso Brasileiro De Agroecologia,.

PINHEIRO, D. C. Economia solidária: uma revisão teórica a partir dos seus "múltiplos" conceitos. **Revista Nau Social**, v. 3, n. 5, p. 85-105, 2013.

PIRES, M. J. de S. **Análise estruturalista da produção da agricultura familiar na região norte do Brasil: um olhar a partir de indicadores de especialização e localização para 2017**. Brasília: IPEA, 2025. 71 p. (Texto para Discussão, 3105). DOI: <https://doi.org/10.38116/td3105-port>. Acesso em: 21 jun. 2025.

PITAGUARI, Sinival Osorio; CAMARA, M. R. G.; SANTOS, L. M. L. **Panorama da economia solidária no Brasil**. A Sustentabilidade da Economia Solidária: contribuições multidisciplinares. Londrina: Universidade Estadual de Londrina-UEL, p. 33-61, 2012.

RODRÍGUEZ, C. P. S.; CUENCA, D. A. Propuesta desde la economía social y solidaria para resguardar la seguridad alimentaria en América Latina. **Revista CIRIEC Costa Rica**, v. 1, n. 1, p. 237-255, 2021.

SANCHEZ, Fábio. Paul Singer: um militante socialista. **Teoria e Debate**, edição 245, 12 jun. 2024. Disponível em: <https://www.advantage.com.br/paul-singer>. Acesso em: 11 jul. 2025.

SILVA, S. P.; NAGEM, F. A. **A economia solidária na agenda das políticas públicas nacionais: uma análise do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento**. Texto para Discussão, n. 1682, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2011.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 2002.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

SOUSA, D. N. DE; JESUS, M. E. R. DE; GRISE, M. M. Contribuições da agricultura familiar para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 8, e13837, 2023. Disponível em: DOI: 10.20873/uft.rbec.e13837. Acesso em: 11 abr. 2025.

TALGA, Jaqueline Vilas Boas; LOPES, Tiago Camarinha. A Economia Solidária de Paul Singer: Teoria e prática em uma cooperativa de catadores na cidade de Goiás. **Revista de Economia da UEG**, v. 17, n. 2, p. 09-30, 2021.

TEDESCHI, Samara Pereira. **Desenvolvimento de Modelo de Gestão para Empreendimento de Economia Solidária baseado na Agricultura Familiar para promover o Desenvolvimento Territorial Sustentável na confecção de produtos de bambu**. 309 f. Tese (Doutor em Ciência, Tecnologia e Sociedade) - Universidade Federal de São Carlos-SP, 2017.

TOLETO, E. N. B.; ZONIN, V. J.; KROTH, D. C. O avanço do discurso da agricultura única e a urgência de resignificação da agricultura familiar no Brasil. **Redes (St. Cruz Sul, Online)**, v. 29, 2024. DOI: 10.17058/redes.v29i1.18310. Acesso em: 10 jun. 2025.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatório de Pesquisa em Administração**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

VERGARA-CAMUS, Leandro. Tomando el control: autonomía, subsistencia y desmercantilización. Gémenes de otra economía en las luchas de los zapatistas en Chiapas y los sin tierra en Brasil. **Economía social y solidaria en movimiento**, p. 129, 2016.

VIANA, André Luciano (Ed.). **Economia Solidária eo mundo do trabalho: aprender e ensinar**. Local: Finep, 2015.

APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista Técnicos e Alta Administração da EMATER-RIO



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CONTROLADORIA E GESTÃO PÚBLICA

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Introdução

- i. Breve apresentação da entrevistadora;
- ii. Agradecimento pela disponibilidade para a entrevista, que tratará do tema “Economia Solidária e Agricultura Familiar”.
- iii. Explicações sobre o método de pesquisa, destacando:
 - Importância de opiniões sinceras;
 - Não haverá identificação dos respondentes;
 - Imparcialidade da entrevistadora;
 - Gravação da entrevista (Termo de Consentimento).

Bloco 1: Visão da contribuição da EMATER para o Estado do RJ

- Qual a sua visão da contribuição EMATER para o Estado do RJ?
- Quais as ações vocês usam no campo na agricultura familiar?
- Quais dessas ações são mais frequentes e por quê?
- Há o uso de ferramentas digitais ou sistemas informatizados nessas atividades? Se sim, como são utilizados? Pode dar um exemplo?
- Como a EMATER tem lidado com a introdução de novas tecnologias e metodologias no trabalho de extensão rural?
- Quais inovações têm sido mais relevantes para promover autonomia e desenvolvimento sustentável?
- Como a EMATER estrutura suas ações extensionistas nas áreas rurais? Existe um planejamento regional?
- Quais são os principais municípios atendidos atualmente?
- Quais resultados têm sido observados nessas regiões atendidas? Pode citar exemplos concretos?

- Como se realiza o contato da Emater com os agricultores familiares?
- Como é feita a comunicação e o agendamento de encontros em comunidades mais distantes ou de difícil acesso?
- Como a EMATER tem se adaptado para oferecer serviços de forma remota ou virtual?
- Como essas ferramentas têm impactado as comunidades rurais?
- A EMATER oferece atendimento aos agricultores e suas famílias?
- Quais são os principais tipos de assistências?
- Quais os principais desafios encontrados no apoio a esses processos nas áreas rurais?

Bloco 2: Gestão de Políticas Públicas e Agricultura Familiar

- Qual o papel da EMATER nas compras governamentais voltadas para a agricultura familiar?

Bloco 3: Perspectivas de Melhoria e Inovações

- Na sua visão, o que pode ser melhorado nas ações extensionistas da EMATER para ampliar o alcance e a eficácia das atividades desenvolvidas no campo?

- Comentários espontâneos.

- Agradecer e encerrar.

APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista Técnicos e Alta Administração da CEASA-RJ



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CONTROLADORIA E GESTÃO PÚBLICA

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Introdução

- i. Breve apresentação da entrevistadora;
- ii. Agradecimento pela disponibilidade para a entrevista, que tratará do tema “Economia Solidária e Agricultura Familiar”.
- iii. Explicações sobre o método de pesquisa, destacando:
 - Importância de opiniões sinceras;
 - Não haverá identificação dos respondentes;
 - Imparcialidade da entrevistadora;
 - Gravação da entrevista (Termo de Consentimento).

Bloco 1: Atuação da CEASA-RJ na Economia Solidária e Agricultura Familiar

- Como você percebe o papel da economia solidária? E como você avalia as políticas públicas do RJ para a Economia solidária?
- Quais são as ações da CEASA para agricultura familiar? Existe algum acompanhamento dessas ações? E o programa de escolar?
- Quais os resultados desses programas de economia solidária? Há indicadores ou resultados avaliados?
- Existe incentivo para estimular a participação dos produtores familiares nos programas e ações de governamentais?

Bloco 2: Ações da CEASA-RJ no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Banco de Alimentos

- Existe algum controle das doações de alimentos do Banco de Alimentos para entidades socioassistenciais?
- Qual o papel do pequeno agricultor rural fluminense nesse processo?

Bloco 3: Transformação Social e Desenvolvimento Local

- Você acredita que os programas da CEASA-RJ contribuem para fortalecer a economia solidária e a transformação social dos pequenos produtores rurais?
- Quais são os benefícios que esses produtores têm observado em termos de condições de comercialização e aumento de renda?
- Que tipo de resultados a CEASA-RJ já percebeu nos municípios em que atua?
- Na sua opinião, quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores rurais no estado do Rio de Janeiro?
- Como a CEASA-RJ busca mitigar esses desafios enfrentados pelos pequenos produtores?
- Quais são as principais potencialidades econômicas da região fluminense, especialmente em relação à agricultura familiar e à economia solidária?

Bloco 4: Gestão e Fomento à Economia Solidária na Agricultura Familiar

- Quais são os principais processos de gestão adotados pela CEASA-RJ para promover a economia solidária na agricultura familiar?
- Você pode compartilhar algum caso de sucesso onde a economia solidária tenha beneficiado diretamente pequenos produtores rurais, especialmente com o apoio da CEASA-RJ?

Bloco 5: Desafios Futuros e Alinhamento aos ODS

- Na sua opinião, como a economia solidária pode ser aplicada de maneira mais eficaz na agricultura familiar para melhorar as condições de vida dos pequenos produtores rurais?

- Comentários espontâneos.

- Agradecer e encerrar.

APÊNDICE C – Ficha de Recrutamento



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CONTROLADORIA E GESTÃO PÚBLICA

FICHA DE RECRUTAMENTO

Público-alvo: Técnicos e alta administração.

Identificação do recrutado

Nome: _____.

Formação acadêmica: _____.

Atua há quanto tempo na área: _____.

Luciana da Costa Martins de Almeida
Mestranda em Controladoria e Gestão Pública/UERJ

APÊNDICE D – Termo de Consentimento

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CONTROLADORIA E GESTÃO PÚBLICA

ENTREVISTA - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) na pesquisa de campo da estudante Luciana da Costa Martins de Almeida, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Gestão Pública da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) que os objetivos do estudo são estritamente acadêmicos. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista gravada em áudio. Trechos dessa entrevista, na forma como falados, podem fazer parte do trabalho final, mas não serei identificado.

O acesso ao áudio e transcrição da entrevista será permitido apenas à mestranda e seus professores orientadores.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

Nome do (a) entrevistado(a): _____.

Assinatura do (a) entrevistado(a): _____.

Assinatura da mestranda: _____.